



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS
Curso de Bacharelado em Direito

TAYNÁ SILVA LIMA

**AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE
CONTENÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA

2020

TAYNÁ SILVA LIMA

**AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE
CONTENÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
- FAJS do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Augusto Lima de
Medeiros.

BRASÍLIA

2020

TAYNÁ SILVA LIMA

**AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE
CONTENÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DE FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Direito
pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
- FAJS do Centro Universitário de Brasília
(UniCEUB).

Brasília, Dia Mês Ano

BANCA AVALIADORA

Dr. Rodrigo Augusto Lima de Medeiros
Professor Orientador

Prof.(a) Avaliador (a)

Dedico este trabalho aos meus familiares pelos momentos de ausência, especialmente durante a quarentena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador Prof. Rodrigo Augusto Lima de Medeiros, pela sabedoria e especialmente paciência com que me guiou nesta trajetória.

Ao Núcleo de Monografia do UniCEUB, pela cooperação.

Gostaria de deixar registrado também, o meu eterno agradecimento a brilhante pesquisadora que atua na área da violência contra a mulher, Cláudia Motta, que acolheu a mim e ao meu tema de abraços abertos, se dispondo a ajudar com todo o seu conhecimento.

Gostaria de agradecer ainda, à minha família e meus amigos, principalmente a minha família que sempre me apoiou e esteve ao meu lado em momentos difíceis, especialmente durante essa quarentena.

Enfim, a todos os que por alguma razão contribuíram para a realização do presente trabalho e de meu aprendizado.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Simone Beauvoir, 1949

RESUMO

LIMA, Tayná. **As medidas protetivas de urgência como instrumento de contenção das ocorrências de feminicídio no Distrito Federal**. 2020. p.30. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Centro Universitário de Brasília, 2020.

O objetivo do presente trabalho é analisar as medidas protetivas de urgência como um instrumento de contenção dos crimes de feminicídio no Distrito Federal. Metodologicamente, utilizou-se revisão doutrinária e análise qualitativa e quantitativa de documentos institucionais criados pelo poder judiciário e Secretaria de Estado e Segurança Pública como forma de evidenciar a gravidade dos crimes de feminicídio, trazendo dados referentes ao crime de feminicídio ocorridos durante os anos de 2018 e 2019, abordando informações como, idade das vítimas, local do crime e arma utilizada. Inicialmente abordou-se a tipificação do crime de feminicídio, a utilização da tese de legítima defesa de honra como tese absolutória utilizada antigamente quando não se havia o crime de feminicídio, a definição de gênero e aplicabilidade da qualificadora do feminicídio ao transexual, bem como a teoria da dominação masculina de Pierre Bourdieu, e as diretrizes para identificar razões de gênero nas mortes de mulheres e dados referentes ao aumento dos crimes de feminicídio. Além disso, foram analisadas as medidas protetivas de urgência, trazendo seu procedimento e natureza jurídica quando relacionado a violência doméstica e familiar e o número de medidas protetivas solicitadas pelas vítimas entre os anos 2018 e 2019, bem como o número daquelas que eventualmente foram deferidas ou indeferidas. Ao final, chegou-se à conclusão que as medidas protetivas de urgência apesar de necessárias não impossibilitam efetivamente a ocorrência do crime de feminicídio.

Palavras-chave: Feminicídio. Medidas Protetivas de Urgência. Qualificadora. Violência. Crimes.

ABSTRACT

LIMA, Tayná. **Protective urgency measures as an instrument to contain occurrences of femicide in the Federal District.**2020. Número total de folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Brasilia University Center – Distrito Federal. Brasília, 2020.

The objective of the present work is to analyze urgent protective measures as an instrument to contain crimes of femicide in the Federal District. Methodologically, doctrinal review and qualitative and quantitative analysis of institutional documents created by the judiciary and the State and Public Security Secretariat were used as a way of showing the seriousness of femicide crimes, bringing data regarding the crime of femicide that occurred during the years of 2018 and 2019, addressing information such as the victims' age, crime scene and weapon used. Initially, the typification of the crime of femicide was addressed, the use of legitimate defense of honor as an absolute thesis used in the past when there was no crime of femicide, as well as the definition of gender and applicability of the qualifier of femicide to transsexuals, the theory of Pierre Bourdieu's male domination, and guidelines for identifying gender reasons for women's deaths and data on the rise in femicide crimes. In addition, urgent protective measures were analyzed, bringing their procedure and legal nature when related to domestic and family violence, and the number of protective measures requested by the victims between the years 2018 and 2019, as well as the number of those that were eventually granted or rejected. In the end, it was concluded that urgent protective measures, although necessary, do not effectively prevent the crime of femicide.

Keywords: Femicide. Protective Urgent Measures. Qualifier Violence. Crimes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE FEMINICÍDIO	10
1.1 Da Legítima Defesa da Honra ao Femicídio	12
1.2 “Femicídio” ou “Feminicídio”	17
1.3 Definição de Gênero e Aplicabilidade da Qualificadora do Feminicídio ao Transexual	19
1.4 Diretrizes para identificar razões de gênero nas mortes de mulheres	22
1.5 A Dominação Masculina	24
1.6 Atlas da Violência: O Homicídio de Mulheres	25
1.7 Incidência dos Crimes de Feminicídio no Distrito Federal	29
1.7.1 Ciclo da Violência	37
2 AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA	40
2.1 Natureza Jurídica das Medidas Protetivas de Urgência	44
2.2 Procedimento	46
3 ANÁLISE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE CONTENÇÃO DO FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL	49
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui por objetivo abordar as medidas protetivas de urgência, como um instrumento de contenção dos crimes de feminicídio no Distrito Federal. Inicialmente abordou-se a tipificação do crime de feminicídio instituído no ordenamento jurídico através da Lei n. 13.104 de 9 de março de 2015, prevendo como crime a conduta de matar a mulher em razão da condição do sexo feminino, o referido capítulo aborda ainda a legítima defesa de honra, tese absolutória comumente utilizada antigamente quando não se havia previsão legal para o crime de feminicídio, a definição de gênero e aplicabilidade da qualificadora do feminicídio ao transexual, a teoria da dominação masculina de Pierre Bourdieu, bem como e as diretrizes para identificar razões de gênero nas mortes de mulheres e dados referentes ao aumento dos crimes de feminicídio .

Posteriormente, o segundo capítulo tipifica as medidas protetivas de urgência, trazendo seu procedimento e natureza jurídica quando relacionado a violência doméstica e familiar. Ao final, busca-se analisar as medidas protetivas de urgência como instrumento de contenção dos crimes de feminicídio, analisando dados referentes a incidência dos crimes de feminicídio no Distrito Federal nos anos de 2018 e 2019, analisando dados referentes ao crime de feminicídio do Distrito Federal, como idade da vítima, idade do agressor, arma do crime, local do crime, e ainda o número de medidas protetivas solicitadas pelas vítimas, bem como as medidas que eventualmente foram deferidas ou indeferidas.

1 TIPIFICAÇÃO DO CRIME DE FEMINICÍDIO

O presente capítulo possui por intuito abordar a definição do crime de feminicídio, bem como sua disposição legal. O crime de feminicídio foi incluído no ordenamento jurídico brasileiro a partir do advento da Lei n. 13.104, de 09 de março de 2015, inserindo assim, uma nova qualificadora no código penal, voltada especificamente à erradicação da violência contra a mulher. O feminicídio é caracterizado quando o crime envolve violência doméstica e familiar, menosprezo ou discriminação à condição de mulher. De acordo com os ensinamentos de Rogério Sanches, que assim o define como:

[...] A morte de mulher em razão da condição do sexo feminino (leia-se, violência de gênero quanto ao sexo). A incidência da qualificadora reclama situação de violência praticada contra a mulher, em contexto caracterizado por relação de poder e submissão, praticada por homem ou mulher sobre mulher em situação de vulnerabilidade.¹

Segundo Nucci, constitucionalmente todos são iguais perante a lei, tendo em vista o artigo 5º da Constituição Federal. Todavia, essa afirmação normativa somente não bastava, considerando que as mulheres continuavam a sofrer dentro de seus lares (principalmente) inúmeras formas de violência física e psicológica. Com o advento da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) contendo normas explicativas, programáticas e determinadas, com o intuito de tutelar, de maneira mais eficiente, a condição do sexo feminino, em particular nos relacionamentos domésticos e familiares. O feminicídio seria uma continuidade dessa tutela especial, considerando homicídio qualificado e hediondo a conduta de matar a mulher, valendo-se de sua condição de sexo feminino.²

É importante ressaltar que o feminicídio figura como uma das diversas formas de violência a mulher, especialmente em sociedades patriarcais marcadas pela desigualdade social entre os gêneros masculino e feminino, como é o caso do Brasil.

Essas desigualdades podem se manifestar de diferentes formas, como a desigualdade de oportunidades, desigualdade de direitos e principalmente a violência, esses fatores acabam por perpetuar os assassinatos de mulheres por seus parceiros ou ex-parceiros que, motivados por um sentimento de posse, muitas vezes não aceitam o término do relacionamento; ou aqueles associados a crimes sexuais em que a mulher é tratada como objeto; crimes que muitas vezes

¹ CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal:** parte especial (arts. 121 ao 361). 8. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

² NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal:** parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

acabam por evidenciar o menosprezo a mulher. Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres entre os anos de 2012 e 2015, afirma que:

Trata-se de um crime de ódio. O conceito surgiu na década de 1970 com o fim de reconhecer e dar visibilidade à discriminação, opressão, desigualdade e violência sistemática contra as mulheres, que, em sua forma mais aguda, culmina na morte. Essa forma de assassinato não constitui um evento isolado e nem repentino ou inesperado; ao contrário, faz parte de um processo contínuo de violências, cujas raízes misóginas caracterizam o uso de violência extrema. Inclui uma vasta gama de abusos, desde verbais, físicos e sexuais, como o estupro, e diversas formas de mutilação e de barbárie.³

Ademais, de acordo com Copello, a categoria do feminicídio permite tornar evidente que muitos casos de mortes não naturais em que as vítimas são mulheres não são fatos neutros e isolados nos quais o sexo do sujeito passivo do crime é indiferente ou não importa, mas ocorre necessariamente com mulheres, pelo simples fato de ser mulheres, como consequência da posição de discriminação estrutural que a sociedade patriarcal atribui aos papéis femininos.⁴

Visto isso, cabe elencar os parâmetros que definem a violência doméstica contra a mulher, dispostos na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), o qual afirma que qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto, independentemente de orientação sexual é caracterizado como violência doméstica.

A Lei de Feminicídio foi criada a partir de uma recomendação da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) que investigou a violência contra as mulheres nos Estados brasileiros, no período de março de 2012 a julho de 2013. Cumpre ressaltar que ao incluir no Código Penal como circunstância qualificadora do crime de homicídio, o feminicídio foi adicionado ao rol dos crimes hediondos (Lei n. 8.072/1990), a título de exemplo, entre os crimes hediondos inclui-se o crime de estupro, genocídio, latrocínio, entre outros. A pena prevista para o homicídio qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos.

³ MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Íntegra do discurso da ministra Eleonora Menicucci na cerimônia de sanção da lei do feminicídio.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/integra-do-discurso-da-ministra-eleonora-menicucci-na-cerimonia-de-sancao-da-lei-do-feminicidio>. Acesso em: 12 jan. 2020.

⁴ COPELLO, P. L. Apuntes sobre el feminicidio. **Revista de Derecho Penal y Criminologia** 3. Época, n. 8 (julio de 2012), p. 119-143. Disponível em: <http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:revistaDerechoPenalCriminologia-2012-8-5030&dsID=Documento.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

Com o advento da Lei de Feminicídio (Lei n. 13.104/2015), é possível observar que uma das principais causas da instituição da referida lei seria suprimir a invisibilidade que esses crimes possuíam, até a criação da referida lei, permitindo ainda uma punição mais severa para aqueles que cometerem tal crime. Insta ressaltar que em novembro de 2018, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o aumento, de 1/3 à metade, da pena do feminicídio⁵ se o crime for praticado em descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06). Os deputados rejeitaram emenda do Senado que pretendia excluir do texto especificamente esse novo agravante de descumprimento de medidas protetivas, como suspensão da posse ou restrição do porte de armas; afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; e condutas proibidas, como aproximação da vítima e contato com ela ou familiares por qualquer meio de comunicação.

Além dessa nova agravante relacionada ao descumprimento de medidas protetivas, o texto inclui como causa de aumento, por exemplo, o crime praticado contra pessoa portadora de doenças degenerativas que acarretem condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental; e se o crime for cometido na presença física ou virtual de descendente ou de ascendente da vítima. O Código Penal estipula ⁶ a pena de reclusão de 12 a 30 anos para o homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. Atualmente, existe agravante no caso de crime cometido contra vítima menor de 14 anos, maior de 60 anos ou com deficiência; durante a gestação ou nos três meses posteriores ao parto; e na presença de descendente ou de ascendente da vítima, sem especificar que essa presença pode ser virtual ou física.

1.1 Da Legítima Defesa da Honra ao Feminicídio

O referido capítulo abordará a tese da legítima defesa da honra, seus desdobramentos, até chegar em seu desuso e evoluir de uma tese absolutória para o crime de feminicídio. A legítima defesa da honra era uma tese absolutória comumente utilizada em casos de crimes passionais, homicídios cometidos por cônjuges pautada na defesa da honra conjugal, ou seja, a morte de uma mulher, quando cometida por seu marido em virtude da legítima defesa da honra que seria um tipo de legítima defesa, poderia absolver o acusado do crime de homicídio.

⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Pena maior para crime de feminicídio foi aprovada em 2018 pela Câmara.** Brasília, jan. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550226-pena-maior-para-crime-de-feminicidio-foi-aprovada-em-2018-pela-camara/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

⁶ BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.** Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm/. Acesso em: 31 ago. 2019.

Por mais cruel que fosse, era muito comum para a sociedade que se um homem tivesse a sua honra “manchada”, poderia lavá-la com sangue da vítima. Evandro Lins e Silva ensina que:

Nos casos passionais, a legítima defesa da honra foi uma criação dos próprios advogados para chegar a um resultado favorável que fosse além do privilégio. Com isso, tornou-se muito frequente, aconteceu em inúmeros casos — eu próprio defendi diversos — o júri aplicar uma pena que equivalia à pena do homicídio culposo. Isso era possível porque, no exercício da legítima defesa, a própria lei prevê um excesso culposo. [...] o juiz normalmente aplicava uma pena de dois anos, que permitia a concessão da sursis.⁷

Com essa medida, o acusado não iria preso e, em dois anos, estava livre de qualquer pendência com a Justiça. Todavia, a legítima defesa da honra era apenas um artifício muito utilizado pelos advogados na época, que possuíam pleno conhecimento que não havia lei no Brasil que abordava essa modalidade de legítima defesa da honra, porém os jurados, eram leigos e não possuíam conhecimento jurídico, portanto, não decidiriam o mérito com base na lei, mas sim de acordo com seus valores éticos, morais e culturais. Evidentemente, fruto de uma sociedade patriarcal, o machismo era o grande aliado dos homicidas passionais. Na época, o Conselho de Sentença era composto exclusivamente ou majoritariamente por homens. A própria lei penal, isentava a mulher dona-de-casa de servir de jurada, obedecendo ao critério, atualmente revogado pela Constituição de 1988, de que a população feminina merecia tratamento diferenciado. Portanto, a legítima defesa da honra não existe na lei, muito menos poderia ser aceita como tese absolutória.⁸

Em 1890, o Código Penal previa que a confusão dos sentidos do indivíduo, afastaria a imputabilidade penal, como é o caso da legítima defesa da honra, intimamente ligada aos crimes passionais. De acordo com Cleber Masson, baseando-se nesse dispositivo legal criminosos passionais, ou seja, aqueles que agem de forma impulsiva, carentes de racionalidade, descontrolados e sem medo de consequências, eram absolvidos de seus crimes sob o pretexto, de que, ao encontrarem o cônjuge em flagrante adultério, ou movidos por elevado ciúme,

⁷ SILVA, Evandro Lins e *apud* ELUF, Luiza Nagib **A paixão no banco dos réus** : casos passionais célebres: de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_paix%C3%A3o_no_banco_dos_r%C3%A9us.html?id=hD9nDwAAQBAl&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 31 ago. 2019.

⁸ ELUF, Luiza Nagib **A paixão no banco dos réus** : casos passionais célebres: de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_paix%C3%A3o_no_banco_dos_r%C3%A9us.html?id=hD9nDwAAQBAl&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 31 ago. 2019, p. 222.

restavam privados da inteligência e dos sentidos, atribuindo o fator motivador do delito ao comportamento da vítima. Masson.⁹

Assim define a autora Luiza Nagib Eluf, acerca dos crimes passionais:

Certos homicídios são chamados de “passionais”. O termo deriva de “paixão”; portanto, crime cometido por paixão. Todo crime é, de certa forma, passionai, por resultar de uma paixão no sentido amplo do termo. Em linguagem jurídica, porém, convencionou-se chamar de “passional” apenas os crimes cometidos em razão de relacionamento sexual ou amoroso.¹⁰

Para Eluf, inicialmente de forma equivocada e superficial, o crime passionai, poderia ser considerada que a motivação, a paixão, proveniente do amor, tornaria nobre a conduta do homicida, que teria matado somente pelo fato de não conseguir aguentar a perda de seu objeto de desejo ou, como era mais comum, para lavar sua honra insultada. Todavia, essa paixão que move essa conduta criminosa, não provém do amor, mas sim da possessividade e principalmente do ódio, do ciúme, da busca pela vingança, da frustração, aliados ao sentimento de rancor. A Paixão não é sinônimo de amor, ela pode até decorrer do amor então, será doce e terna, apesar de intensa e perturbadora; mas a paixão também é o resultado de dor, de uma grande mágoa. Por essa razão, o prolongado martírio de Cristo ou dos santos torturados é chamado de “paixão”.¹¹

Totalmente contrário a tese, de legítima defesa da honra o Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, Roberto Lyra, conhecido como “Príncipe do Ministério Público Brasileiro, afirmava:

O verdadeiro amor não leva a morte. O amor, o amor mesmo, jamais desceu ao banco dos réus. Para os fins da responsabilidade, a lei considera apenas o momento do crime. E nele o que atua é o ódio. O amor não figura nas cifras

⁹ SILVA, Paulo. **Teoria do crime - diferença entre emoção e paixão**. Disponível em: <https://phwos.jusbrasil.com.br/artigos/568689366/teoria-do-crime-diferenca-entre-emocao-e-paixao>. Acesso em: 31 ago. 2019.

¹⁰ ELUF, Luiza Nagib **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgüeiro a Pimenta Neves**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_paix%C3%A3o_no_banco_dos_r%C3%A9us.html?id=hD9nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 31 ago. 2019, p. 113.

¹¹ ELUF, Luiza Nagib **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgüeiro a Pimenta Neves**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_paix%C3%A3o_no_banco_dos_r%C3%A9us.html?id=hD9nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 31 ago. 2019.

da mortalidade e sim nas da natalidade; não tira, põe gente no mundo. Está nos berços e não nos túmulos.¹²

Quanto ao significado do termo honra¹³, este advém do latim *honor*, que se refere à dignidade de uma pessoa, que vive com honestidade e probidade, moldando seu modo de vida nos ditames da moral. Para o jurista italiano Adriano de Cupis a honra é a dignidade pessoal refletida na consideração dos outros (honra objetiva) e no sentimento da própria pessoa (honra subjetiva). Portanto, a honra subjetiva é um sentimento pessoal, inerente ao ser humano de como ele se sente se um fato desonroso é imputado a ele, enquanto a honra objetiva é a imagem que a sociedade tem sobre determinada pessoa.¹⁴

No entanto, para Heleno Cláudio Fragoso, não há distinção entre honra objetiva e honra subjetiva, pois em quaisquer dos crimes contra a honra o que se atinge, em suma, é pretensão ao respeito, atrelados aos aspectos sentimentais e ético-sociais da honra.¹⁵

A autora Luiza Nagib¹⁶ em sua obra “A Paixão no Banco dos Réus”, aborda alguns casos de homicídios que tiveram grande repercussão no país na maior parte cometidos por homens em que figurava como agente passivo a mulher, a justificativa utilizada para o cometimento desses crimes era a paixão. A título de exemplo, entre os casos citados pela autora na referida obra, um dos que tiveram grande repercussão é o caso da socialite Ângela Diniz, que foi morta por quatro tiro desferidos por seu companheiro, Doca Street, o qual alegou legítima defesa da honra, justificando que o crime ocorreu sob violenta emoção pegando uma pena de dois anos de prisão. Doca Street, não aceitava o término de seu relacionamento com Ângela Diniz. Após o julgamento de Doca Street em 1979, foi difundido pela primeira vez por movimentos feministas o slogan “quem ama não mata!”. Inconformadas com a sentença do

¹² LYRA, Roberto *apud* SILVA, Paulo. **Teoria do crime - diferença entre emoção e paixão**. Disponível em: <https://phwos.jusbrasil.com.br/artigos/568689366/teoria-do-crime-diferenca-entre-emocao-e-paixao>. Acesso em: 31 ago. 2019.

¹³ MARQUES, Andréa. **Direito à honra**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques>. Acesso em: 31 ago. 2019.

¹⁴ CUPIS, Adriano de *apud* MARQUES, Andréa Neves Gonzaga. **Direito à honra**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques>. Acesso em: 31 ago. 2019.

¹⁵ FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal – parte especial (arts. 121 a 160, CP)**, p. 129-130 *apud* QUEIROZ, Paulo. Honra objetiva e subjetiva? (2012). Disponível em: <https://www.pauloqueiroz.net/honra-objetiva-e-subjetiva/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

¹⁶ ELUF, Luiza Nagib **A paixão no banco dos réus: casos passionais célebres: de Pontes Visgüeiro a Pimenta Neves** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_paix%C3%A3o_no_banco_dos_r%C3%A9us.html?id=hD9nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 31 ago. 2019.

juízo, mulheres geraram a anulação do júri, e dois anos depois Doca Street voltou a ser julgado e foi condenado a 15 anos de prisão.¹⁷

Evidentemente, as teses de crime passionai e legítima defesa de honra caiu em desuso, pois com o passar do tempo o crime passionai acabou por ser definido como crime de feminicídio e a legítima defesa de honra não mais poderia ser utilizado como justificativa para os assassinatos de mulheres.

Porém, há quem se arrisque usando uma tese tão absurda como a tese de legítima defesa de honra, recentemente o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Rogerio Schietti Cruz repudiou o argumento da defesa nesse sentido, segundo o qual a vítima teria adotado “atitudes repulsivas” e provocativas contra o marido, o que justificaria o reconhecimento de legítima defesa da honra e a absolvição sumária do réu. Narram os autos, que durante uma festa, a vítima teria dançado e conversado com outro rapaz, o que gerou a ira e despertou os ciúmes do marido, que estaria alcoolizado. A vítima teria tentado por fim ao relacionamento, porém, na residência do casal, o réu pegou uma corda e laçou o pescoço da vítima, matando-a por asfixia. O ministro relembrou que desde 1991, o tribunal repudia a tese de legítima defesa da honra como fundamento para a absolvição em casos de homicídio cometido pelo marido contra a esposa. De acordo com o ministro:

Embora seja livre a tribuna e desimpedido o uso de argumentos defensivos, surpreende saber que ainda se postula, em pleno ano de 2019, a absolvição sumária de quem retira a vida da companheira por, supostamente, ter sua honra ferida pelo comportamento da vítima. Em um país que registrou, em 2018, a quantidade de 1.206 mulheres vítimas de feminicídio, soa no mínimo anacrônico alguém ainda sustentar a possibilidade de que se mate uma mulher em nome da honra do seu consorte.¹⁸

Conforme o trecho ora citado é possível observar que, embora os crimes de feminicídio tenham tomado maior visibilidade no sentido de expor sua gravidade, ainda existem indivíduos que sustentam essa esdruxula e descabida tese de legítima defesa da honra, tese esta que sequer

¹⁷ ALVES, Schirlei. **Feminicídio não é crime passionai**. Edição: Beatriz Carrasco. Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/feminicidio-nao-e-crime-passional/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

¹⁸ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Ministro repudia tese de legítima defesa da honra em caso de feminicídio**. Brasília, 12 nov. 2019. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portaip/Paginas/Comunicacao/Noticias/Ministro-repudia-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-caso-de-feminicidio.aspx>. Acesso em: 31 ago. 2019.

está prevista no ordenamento jurídico. Quanto ao caso ora narrado, obviamente, o recurso especial foi rejeitado pelo ministro.

1.2 “Femicídio” ou “Feminicídio”

“Femicídio” ou “feminicídio” são expressões que se referem as mortes violentas de mulheres em razão de seu gênero, ou seja, que tenham sido causados exclusivamente pelo fato de ser mulher. O conceito de “femicídio” foi empregado inicialmente na década de 1970, embora somente nos anos 2000 que seu uso tomou notoriedade no continente latino-americano em decorrência das mortes de mulheres ocorridas no México, país em que o conceito ganhou nova formulação e novas características com a designação de “feminicídio”. É possível afirmar que não existe um consenso em torno desses conceitos, nem no meio acadêmico nem na ação política ou nas normas nacionais.¹⁹

Considerando a diversidade dos contextos políticos em que ocorrem as mortes de mulheres e as especificidades socioculturais que as caracterizam, pode-se dizer que os conceitos de femicídio e feminicídio apresentam um núcleo comum de características, centrada na desigualdade de gênero como causa central da violência que as mulheres sofrem, ao qual somam-se elementos e fatores que contribuem para construir um panorama global das mortes evitáveis de mulheres em razão de gênero.

A formulação do conceito, “femicídio” (²⁰*femicide*, em inglês) é atribuída a Diana Russel, socióloga e feminista anglo-saxã, que o empregou pela primeira vez para definir o “assassinato de mulheres nas mãos de homens por serem mulheres”. Nos anos seguintes, Russel e outras autoras teriam aprimorado o conceito que se tornaria emblemático para as discussões em torno das mortes de mulheres, ressaltando os aspectos de ódio e menosprezo que as caracterizam, através da expressão ‘assassinato misógino de mulheres’.²¹

A partir desse novo conceito, a socióloga Diana Russel contestou a neutralidade presente na expressão “homicídio” que contribuiria para manter invisível a realidade vivenciada por

¹⁹ NAÇÕES UNIDAS. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, p. 20 – 23. Brasília, publicado em 07 abr. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 31 Ago. 2019.

²⁰ PONCE, M.G.R. **Mesa de trabalhos sobre femicídio/feminicídio**. In: CHIAROTTI, S.(Ed.). Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio. Lima: CLADEM, 2011, p. 107-116.

²¹ PONCE, M.G.R. **Mesa de trabalhos sobre femicídio/feminicídio**. In: CHIAROTTI, S.(Ed.). Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio. Lima: CLADEM, 2011, p. 108.

mulheres de todo o mundo, que são assassinadas por homens por simplesmente serem mulheres. Para Russel, a dominação patriarcal é um elemento primordial para explicar a situação estrutural de desigualdade que inferioriza e subordina as mulheres aos homens e justifica o sentimento de menosprezo pela condição social feminina, sentimentos que dão causa a essas mortes. Sem perder de vista as diferenças culturais e sociais, a denominação “femicídio”, teve como objetivo revelar que as mortes de mulheres por razões de gênero são crimes sexistas, para os quais o sexo das vítimas seria determinante para a sua ocorrência.

Para as ciências sociais e os estudos feministas, o conceito de femicídio tornou-se uma importante categoria de análise, considerando que permitiu identificar e descrever os fatores discriminatórios presentes nessas mortes, circunscrever suas características e descrevê-las como fenômeno social, além de permitir dimensionar sua presença na sociedade a partir de estudos de natureza quantitativa – tarefa que ainda resta pendente na maior parte dos países. Com caráter analítico-descritivo, o conceito foi inicialmente formulado de maneira ampla para conter as diferentes modalidades de violência que contribuem para limitar o desenvolvimento livre e saudável de meninas e mulheres e que, em casos extremos, acarretam sua morte. Nesse sentido, trata de “todas as mortes evitáveis de mulheres - violentas ou não, criminais ou não – derivadas da discriminação por razão de gênero”²². No esforço de descrever de forma abrangente situações que representam risco de morte imediato ou potencial para as mulheres, o conceito de femicídio foi aplicado para tratar das mortes violentas intencionais, como aquelas praticadas em nome da defesa da honra, relacionadas com o pagamento de dote, associadas à violência sexual, como estratégia de derrota do inimigo nos conflitos armados; mas também aqueles casos em que a morte se apresenta como resultado não intencional de uma prática social e cultural que afeta os direitos das mulheres com relação a seu corpo e saúde, como as mortes decorrentes de partos e abortos inseguros, por dificuldades de acesso a métodos de proteção contra HIV/AIDS, por sequelas da mutilação genital ou mesmo por intercorrências nas cirurgias estéticas, entre outras situações.²³

²² COPELLO, P. L. Apuntes sobre el feminicidio. **Revista de Derecho Penal y Criminología** 3. Época, n. 8 (julio de 2012), p. 124. Disponível em: <http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:revistaDerechoPenalyCriminologia-2012-8-5030&dsID=Documento.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

²³ COPELLO, P. L. Apuntes sobre el feminicidio. **Revista de Derecho Penal y Criminología** 3. Época, n. 8 (julio de 2012), p. 119-143. Disponível em: <http://espacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:revistaDerechoPenalyCriminologia-2012-8-5030&dsID=Documento.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

Independente da intencionalidade, o conceito ressalta que essas são mortes evitáveis. Outra característica dessas mortes é que não se tratam de eventos isolados ou excepcionais, mas ocorrem em conexão com outras formas de violência, formando parte de um ciclo de violência que afeta a vida das mulheres de forma cotidiana e que encontram na morte seu desfecho mais extremo. As condições estruturais dessas mortes também enfatizam que são resultados da desigualdade de poder que determina as relações entre homens e mulheres nas sociedades, contrapondo-se a explicações amplamente aceitas de que se tratam de crimes passionais.

Visto isso, é possível afirmar que há duas distinções entre os referidos conceitos: uma política e outra linguística. A distinção política está ligada aos elementos, impunidade e responsabilidade do Estado no cometimento desses crimes, presente na definição de feminicídio proposta por Marcela Lagarde. As leis existentes no país adotam as duas expressões. Para analistas desse aspecto, do ponto de vista da mudança política que se deseja alcançar, a distinção conceitual entre as duas expressões, portanto, é irrelevante uma vez que ambas se referem ao mesmo fenômeno de mortes violentas de mulheres

A distinção linguística se refere à tradução da expressão “*femicide*” (originalmente o idioma em que foi formulada, em inglês) para “femicídio” (idioma que o conceito teria se propagado, em castelhano). Nesse sentido, a tradução teria limitado a expressão que seria homóloga ao homicídio, referindo-se apenas a “assassinato de mulheres”. A outra formulação proposta – feminicídio – soaria mais apropriada ao castelhano.²⁴

1.3 Definição de Gênero e Aplicabilidade da Qualificadora do Feminicídio ao Transexual

O presente capítulo tem por intuito abordar a aplicabilidade da qualificadora do feminicídio ao transexual, abordando o conceito de gênero. Considerando as Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres – Feminicídios²⁵, é possível afirmar que gênero se refere a construções sociais dos atributos femininos e masculinos definidos como papéis de gênero que são impostos pela sociedade. Os papéis de gênero podem ser definidos como comportamentos aprendidos em uma

²⁴ CHIAROTTI, S. *Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio*. Lima: CLADEM. 2011.

²⁵ NAÇÕES UNIDAS. *Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres*. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, p. 20 – 23. Brasília, publicado em 07 abr. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

sociedade, nos quais seus membros são condicionados a considerar certas atividades, tarefas e responsabilidades como sendo tarefas exclusivas de um gênero, como por exemplo, antigamente tarefas do lar eram comuns serem atribuídas ao sexo feminino, enquanto o trabalho era atribuído ao sexo masculino

Esses papéis são reproduzidos por atitudes, comportamento, valores e hábitos, se manifestando de diferentes formas, variando, entre países que sustentam discriminações e violências. Quanto a aplicabilidade da qualificadora do feminicídio, em regra, somente a mulher, pertencente ao sexo feminino, pode ser vítima do crime de feminicídio desde que o crime seja motivado por razões de sua condição de gênero, simplesmente pelo fato de ser mulher. O substantivo mulher abrange lésbicas, transexuais e travestis, que se identifiquem pertencentes ao sexo feminino.

Muitos critérios podem ser usados para definição, de quem pode ser considerada mulher para efeitos da referida qualificadora. Á título de exemplo, pelo critério de natureza psicológica, ou seja, um indivíduo mesmo sendo do sexo masculino acredita na verdade pertencer ao sexo feminino, ou, mesmo tendo nascido biologicamente como homem, acredita, psicologicamente, pertencer ao sexo feminino, como acontece com transexuais.²⁶

A forma mais comum de se definir as pessoas que se identificam como transexuais seria que a mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Enquanto o homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem.²⁷

O transexual, psicologicamente, não se sente à vontade com o sexo biológico que nasceu, o que acaba por trazer sofrimento, acarretando inconformismo, depressão, angústia e repulsa pelo próprio corpo. Experimentando desconforto psíquico com seu sexo biológico, desejando obsessivamente ter seu corpo readequado ao sexo oposto que acredita pertencer. Para o transexual, a operação de mudança de sexo é uma obstinação, não se comportando em momento algum de acordo com o seu sexo biológico. O conflito vivenciado pelos transexuais faz com que desejem a transformação de seus corpos mediante cirurgias autorizadas no Brasil pelo Conselho Federal de Medicina, e hoje disciplinada através da Resolução n. 1.652, que

²⁶ BITENCOURT, Cézar. **Qualificadora do feminicídio pode ser aplicada a transexual**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-15/cezar-bitencourt-feminicidio-aplicado-transexual>. Acesso em: 28 set. 2019.

²⁷ JESUS, G. J. **Orientações sobre identidade de gênero: conceito e termos**. 2. ed. Brasília, 2012, p. 15.

implicam na ablação e construção de órgãos e tratamentos hormonais, para o sexo contrário ao seu. E a sexualidade, não se limita à anatomia dos órgãos genitais, mas a uma soma de outros fatores psicológicos, sociais e culturais.

Visto isso, é possível admitir à transexual mulher, ser vítima da violência de gênero²⁸, portanto vítima do crime de feminicídio. Todavia, não é permitido que o homossexual masculino, figure como vítima do crime de feminicídio, devido a entendimentos em sentido diverso. O disposto no inciso VI do § 2º do artigo 121 do Código Penal é taxativo, pois dispõe que homicídio é cometido contra a mulher por razões de gênero. E o § 2º-A, II, corrobora esse aspecto ao afirmar que considera que há razões de condição do sexo feminino quando o crime envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Evidentemente, nesse artigo o legislador possuía por intuito proteger a mulher, ou seja, pessoa do sexo feminino ou que acredita pertencer ao sexo feminino, por sua condição de mulher. É necessário, nesse caso, que a conduta do agente seja motivada pela violência doméstica ou familiar, e/ou pelo menosprezo ou discriminação à condição de mulher, que o homossexual masculino não apresenta.

Portanto, o objetivo não é proteger o homossexual ou coibir a prática de homofobia, e ainda não permite sua ampliação para abranger o homossexual masculino na relação homoafetiva. Em contrapartida, no crime de violência doméstica, independentemente do gênero, o ser masculino pode figurar como vítima.

Além disso, o homossexual do sexo masculino, independentemente de ser ativo ou passivo, na maioria dos casos não quer ser mulher, portanto não se comporta como tal, somente tem atração por pessoas do mesmo sexo. E ainda que pretendesse ou pretenda ser mulher, e aja como tal, mulher não é, além de não ser legalmente reconhecido como tal, e sua eventual discriminação, se houver, não será por sua condição de mulher, pois não a possui. E admiti-lo figurando como sujeito passivo de feminicídio implicaria em ampliar a punição, indevidamente, para considerar uma qualificadora com situação ou condição que não a caracteriza (é do sexo masculino).²⁹

²⁸ NASCIMENTO, Franciele Borges. FÁVERO, Lucas Henrique. Aplicabilidade da qualificadora do feminicídio ao transexual. **5º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**. 21 a 23 de jun. 2017.

²⁹ BITENCOURT. Qualificadora do feminicídio pode ser aplicada a transexual. **Conjur**, 15 novembro 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-15/cezar-bitencourt-feminicidio-aplicado-transexual>. Acesso em: 24 set. 2019.

Cumpramos ressaltar que a Lei do Feminicídio não possui o mesmo alcance da Lei Maria da Penha, pois a Lei Maria da Penha, dispõe sobre medidas protetivas contra a discriminação, independentemente da opção sexual, possuindo por finalidade erradicar e coibir a violência doméstica e familiar. Nessa esfera, por apresentar maior abrangência e não se tratar de matéria penal, admite-se analogia e interpretação extensiva, inclusive para proteger pessoas do sexo masculino nas relações homoafetivas.

Por outro lado, admite-se, a possibilidade de figurarem na relação homossexual feminina, tanto como autora quanto como vítima, indistintamente, do crime de feminicídio. Nessa hipótese de relação homoafetiva entre mulheres, pouco importa quem exerça o papel feminino ou masculino na relação pois, de qualquer modo, ocorrendo um homicídio, de acordo com o disposto em lei, é aplicável a qualificadora do feminicídio.

Considerando o critério biológico,³⁰ uma mulher é identificável em sua concepção genética ou cromossômica. De acordo com especialistas, o “sexo morfológico ou somático resulta da soma das características genitais (órgão genitais externos, pênis e vagina, e órgãos genitais internos, testículos e ovários) e extragenitais somáticas (caracteres secundários — desenvolvimento de mamas, dos pelos pubianos, timbre de voz, etc.)”. Considerando essas características, possivelmente, não será difícil identificar o sexo de qualquer ser humano, em tese.

Porém, atualmente essa variação dos “espectros” sexuais, para fins penais, é necessário mais do que simples critérios biológicos ou psicológicos para a definição do sexo das pessoas, e para identificá-las pertencentes ao sexo feminino ou masculino. Por esse motivo, deve se atentar a um critério estritamente jurídico, por motivo de segurança jurídica e respeito à tipicidade estrita, sendo insatisfatório apenas critérios psicológico ou biológico para definir quem pode figurar como vítima da qualificadora de feminicídio.

Por isso, o entendimento majoritário, defende que somente quem se identificar como mulher, ou seja, apresentar sua documentação civil identificando-se como tal, poderá figurar como vítima dessa qualificadora.

1.4 Diretrizes para identificar razões de gênero nas mortes de mulheres

³⁰ NASCIMENTO, Franciele Borges. FÁVERO, Lucas Henrique. Aplicabilidade da qualificadora do feminicídio ao transsexual. **5º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**. 21 a 23 de jun. 2017.

Com o intuito de contribuir para a identificação de quando a morte de uma mulher é um crime de feminicídio, o Escritório da ONU Mulheres no Brasil em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres promoveram um processo de adaptação à realidade nacional do protocolo latino-americano para investigação dos assassinatos de mulheres por razões de gênero. Este processo originou a formulação das Diretrizes Nacionais para Investigar, Processar e Julgar com Perspectiva de Gênero as Mortes Violentas de Mulheres- Feminicídios, tal documento busca contribuir para o aprimoramento da investigação policial, do processo judicial e julgamento dos feminicídios ou mortes violentas de mulher.

As Diretrizes reúnem elementos que podem servir como ferramentas para evidenciar as razões de gênero a partir de uma análise das circunstâncias do crime, das características do agressor, das características da vítima e do histórico de violência. As diretrizes apontam ainda os deveres do poder público e os direitos das vítimas, destacando que o feminicídio é um crime evitável para o qual o Estado tem a responsabilidade de formular medidas de responsabilização, proteção, reparação e prevenção.

A investigação de qualquer assassinato depende da reconstrução de um complexo quadro de circunstâncias e contextos. Diferente da investigação policial de outras modalidades criminosas – como roubos, tráfico de drogas –, a apuração de um caso de homicídio dependerá da compreensão de aspectos da vida pessoal, familiar, afetiva e profissional tanto da(s) vítima(s) quanto do(a) possível ou do(a)s possíveis autores(as) daquela morte, “para, desse emaranhado aparentemente desordenado de circunstâncias, extrair uma história cujo último capítulo é o assassinato da vítima”.³¹

As Diretrizes Nacionais³² possuem a função de contribuir para que a investigação policial de mortes violentas de mulheres e seu respectivo processo e julgamento sejam

³¹ SENASP, 2014, p. 53 *apud* NAÇÕES UNIDAS. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, c. 3. Brasília, publicado em 07 abr. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 24 ago. 2019.

³² NAÇÕES UNIDAS. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, c. 3. Brasília, publicado em 07 abr. 2016. Disponível em:

realizados com a perspectiva de que essas mortes podem ser decorrentes de razões de gênero, cuja causa principal é a desigualdade estrutural de poder e direitos entre homens e mulheres presente na sociedade brasileira. O resultado da investigação policial e do processo deverá permitir o correto enquadramento dessas mortes como feminicídio tentado ou consumado, de acordo com o tipo penal estabelecido pela Lei n. 13.104/2015, considerando as características previstas de violência praticada no ambiente doméstico e familiar (inciso I) ou por menosprezo e discriminação à condição de mulher (inciso II), demonstrando também: a. Que essas mortes são episódios evitáveis, em que os principais fatores de risco são o gênero da vítima e o peso sociocultural da desigualdade baseada no gênero que afetam de forma desproporcional as mulheres; b. Que as mulheres não são afetadas da mesma forma pelas múltiplas formas de violência e injustiça social. Além de desigualdade de gênero, é necessário levar em consideração outros marcadores de identidade social – como classe, raça, etnia, geração, orientação sexual, religião, procedência regional ou nacionalidade – que podem contribuir para agravar as situações de vulnerabilidade das mulheres; c. Que a violência baseada no gênero é um problema social e se conecta a outras violações de direitos que afetam o desenvolvimento livre e saudável de meninas e mulheres.

1.5 A Dominação Masculina

O presente capítulo, busca evidenciar como as teorias definidas pelo sociólogo Pierre Bourdieu servem para explicar a violência de gênero presente na sociedade atualmente. Na obra “dominação masculina”, do autor Pierre Bourdieu é possível observar que o autor não trabalhou com um conceito de gênero propriamente dito, considerando que esse conceito não fica explícito ao decorrer de sua obra. Pela teoria do autor, é possível observar que as distinções entre feminino/ masculino se mantem imersas no bloco de oposições semelhantes, como por exemplo, alto/baixo; direita/esquerda; claro/escuro; público privado.

Bourdieu, condizente com sua teoria, trata a questão da “dominação masculina” principalmente a partir de uma perspectiva simbólica. Para o autor, a dominação masculina seria uma forma particular de violência simbólica. De acordo com o autor, os seres humanos possuem quatro tipos de capitais: 1) o capital econômico, a renda financeira; 2) o capital social, suas redes de amizade e convívio; 3) o cultural, aquele que é constituído pela educação, diplomas e envolvimento com a arte; e 4) capital simbólico, que está ligado à honra, o prestígio

e o reconhecimento. É por meio do capital simbólico que determinadas diferenças de poder são definidas socialmente, e que instituições e indivíduos podem tentar persuadir outros com suas ideias. A violência simbólica ocorre justamente pela falta de equivalência desse capital entre as pessoas ou instituições, como uma violência que é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a prática, sem que, constantemente, os envolvidos tenham conhecimento do que estão sofrendo ou exercendo.³³

Por esse conceito, Bourdieu compreende o poder que impõe significações, impondo-as como legítimas, de forma a dissimular as relações de força que sustentam a própria força, que é justamente a manutenção de um poder que se mascara nas relações, que se infiltra no nosso pensamento e na nossa concepção de mundo. A violência simbólica é tão sutil, que a própria mulher internaliza que foi responsável pela reação violenta do homem, um exemplo disso seria quando a mulher, ao relatar a violência afirma que o esposo ou companheiro gritou ou a agrediu porque ela não tinha feito o que ele havia mandado:

E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica.³⁴

Bourdieu em sua obra denuncia um modo de pensar pautada pelas dicotomias e oposições. Como ocorre, por exemplo, em se tratando do sexo masculino/feminino, mas o mesmo se opera em alto/baixo, rico/pobre, claro/escuro etc. Além disso, o autor enfatiza que essas concepções “invisíveis” que chegam a nós nos levam à formação de esquemas de pensamentos impensados, ou seja, quando acreditamos ter a liberdade de pensar alguma coisa, sem considerar que esse “livre pensamento” está especificamente marcado por interesses, preconceitos e opiniões alheias. Fato este que leva o autor afirmar que uma relação desigual de poder comporta uma aceitação dos grupos dominados, não sendo necessariamente uma aceitação consciente e deliberada, mas principalmente uma submissão pré-reflexiva.

1.6 Atlas da Violência: O Homicídio de Mulheres

O presente capítulo demonstra que, de acordo com a edição do Atlas da Violência houve um crescimento dos homicídios de mulheres no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos

³³ NASCIMENTO, H. **Entenda o que é violência simbólica**. Jan 2018. Uninassau. Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/entenda-o-que-e-violencia-simbolica>. Acesso em: 29 set. 2019.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, um número bem maior do que o número registrado desde 2007. Os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, trazem importantes subsídios para compreender melhor o fenômeno da violência contra a mulher, ao trazer dados sobre as características das vítimas e sobre alguns aspectos situacionais relacionados aos incidentes.³⁵

Verifica-se que houve um crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior. A magnitude do fenômeno e de suas variações pode ser mais bem aferida em termos da taxa de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, que permite maior comparabilidade temporal e entre as diferentes unidades federativas. Entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Nesse período, houve crescimento da taxa em 17 Unidades da Federação. Já no recorte de 2012 a 2017, observa-se um aumento de 1,7% na taxa nacional e um aumento maior ainda de 5,4% no último ano, período em que se verificam taxas ascendentes em 17 Estados em relação a 2016.³⁶

Considerando o período decenal, Rio Grande do Norte apresentou o maior crescimento, com variação de 214,4% entre 2007 e 2017, seguido por Ceará (176,9%) e Sergipe (107,0%). Já no ano de 2017, o estado de Roraima respondeu pela maior taxa, com 10,6 mulheres vítimas de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, índice mais de duas vezes superior à média nacional (4,7). A lista das unidades federativas onde houve mais violência letal contra as mulheres é seguida por Acre, com taxa de 8,3 para cada 100 mil mulheres, Rio Grande do Norte, também com taxa de 8,3, Ceará, com taxa de 8,1, Goiás, com taxa de 7,6, Pará e Espírito Santo com taxas de 7,5.³⁷

É importante ressaltar que nos últimos anos houve um crescimento nos casos de feminicídios no país. A questão principal, é que não se sabe ao certo se o aumento dos registros dos casos de feminicídio se refere efetivamente ao aumento no número de casos, ou diminuição

³⁵ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

³⁶ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

³⁷ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

da subnotificação, uma vez que a Lei do Feminicídio (Lei n. 13.104, de 09/03/2015) é relativamente nova, de modo que pode haver processo de aprendizado em curso pelas autoridades judiciárias. Enquanto os registros de feminicídio realizados pela Polícia podem embutir alguma subnotificação, em função da não imputação do agravante de feminicídio ao crime de homicídio, por outro lado, a análise dos dados agregados da saúde não permite uma elucidação da questão, uma vez que a classificação internacional de doenças (CID), utilizada pelo Ministério da Saúde, não lida com questões de tipificação legal e muito menos com a motivação que gerou a agressão.

No entanto, há reconhecimento na literatura internacional de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas. Portanto, a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é ideal para medir o feminicídio. Ainda que o número real de feminicídios não seja igual ao número de mulheres mortas dentro das residências, considerando que vários casos de feminicídio ocorrem fora da residência, esse fator pode servir para evidenciar a evolução nas taxas de feminicídio no país. Para analisar a questão, utilizaram-se os microdados da saúde, que permitem traçar o perfil desses homicídios de acordo com o local da ocorrência do fato. Do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorrem dentro da residência e 39,3% se não considerando os óbitos em que o local do incidente era ignorado. Muito provavelmente estes são casos de feminicídios³⁸ íntimos, que decorrem de violência doméstica.³⁹

É possível observar ainda um aumento significativo na taxa de homicídio de mulheres (1,7%), entre 2012 e 2017. Porém, verifica-se dois comportamentos distintos. Ao mesmo tempo em que a taxa de homicídios fora da residência diminuiu 3,3% nesse período, o segundo indicador aumentou 17,1%. Possivelmente, a redução de homicídios de mulheres fora da residência esteja refletindo a diminuição gradativa da violência geral que tem se expandido cada vez mais em um maior número de unidades federativas. Por outro lado, o crescimento dos casos que ocorrem dentro das residências pode ser reflexo do aumento de casos de feminicídios, efetivamente. Importante ressaltar que o crescimento mais acentuado nos últimos dez anos tem

³⁸ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

³⁹ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

sido na taxa homicídios dentro das residências, com o uso da arma de fogo, que cresceu 29,8%.⁴⁰

Considerando a importância que a discussão sobre violência contra a mulher assumiu na sociedade brasileira, bem como os desafios para implementar políticas públicas consistentes o suficiente para reduzir este enorme problema, um fator que gera preocupação seria a flexibilização em curso da posse e porte de armas de fogo no Brasil. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar. Considerando os altíssimos índices de violência doméstica presentes no Brasil, a infeliz possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência.⁴¹

⁴⁰ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

⁴¹ INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

Figura 1 - Atlas da Violência 2019.



FONTE: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

Na imagem acima é possível observar que houve um número de 4.936 mulheres assassinadas no ano de 2017, o maior número em 10 anos. E ainda, que do ano de 2007 a 2017 houve o aumento de 29,9 % na taxa de homicídios de mulheres negras, e que homicídios dentro da residência cresceram em 17,1%, e o número de mulheres mortas por arma de fogo na residência cresceu 28,7%.

1.7 Incidência dos Crimes de Femicídio no Distrito Federal

Este capítulo destina-se a explicitar dados referentes a incidência dos crimes de feminicídios no Distrito Federal entre os anos de 2018 e 2019, bem como o número de feminicídios que ocorrem na capital.

O Distrito Federal assumiu uma posição extremamente preocupante em relação à violência contra as mulheres. Em 2018, o DF subiu para 5º lugar entre as unidades da Federação com a maior taxa de feminicídios por grupo 100 mil mulheres, segundo dados do Anuário

Brasileiro de Segurança Pública deste ano. Em 2017, o DF estava em 10º lugar no levantamento. O índice revela crescimento de 52,3% nesse intervalo de tempo.⁴²

No ano de 2018, ocorreram 28 crimes de feminicídio no Distrito Federal, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública. A figura abaixo mostra os crimes de feminicídio consumado, por região administrativa.⁴³

Figura 2 – Crimes de Feminicídio Consumado por Região Administrativa (2018).

FEMINICÍDIO (Lei 13.104/15)								
RANKING (2018)	REGIÃO ADMINISTRATIVA	jan/dez		VARIAÇÃO		PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO - ANO 2017	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO - ANO 2018	
		2017	2018	(%)	Quantit.			
1ª	CEILÂNDIA	3	4		1	16,7%	33%	14,3%
2ª	BRASILIA	1	4		3	5,6%		14,3%
3ª	SOBRADINHO 2	0	3		3	0,0%		10,7%
4ª	SANTA MARIA	2	3		1	11,1%		10,7%
5ª	RECANTO DAS EMAS	0	3		3	0,0%		10,7%
6ª	RIACHO FUNDO 2	0	2		2	0,0%	67%	7,1%
7ª	ITAPOA	0	2		2	0,0%		7,1%
8ª	SAMAMBAIA	3	2		-1	16,7%		7,1%
9ª	GAMA	1	1		0	5,6%		3,6%
10ª	GUARA	0	1		1	0,0%		3,6%
11ª	ESTRUTURAL	1	1		0	5,6%		3,6%
12ª	SAO SEBASTIAO	2	1		-1	11,1%		3,6%
13ª	PLANALTINA	0	1		1	0,0%		3,6%
14ª	AGUAS CLARAS	1	0		-1	5,6%		0,0%
15ª	FERCAL	1	0		-1	5,6%		0,0%
16ª	CANDANGOLÂNDIA	1	0		-1	5,6%		0,0%
17ª	VICENTE PIRES	1	0		-1	5,6%		0,0%
18ª	RIACHO FUNDO	1	0		-1	5,6%		0,0%
TOTAL		18	28		10	100%	100%	

Fonte: Banco Milenium - COOAFESP/SGI/SSPDF

Obs. Dados do ano 2018 atualizados em 02/01/2019, pela data do fato, estando sujeitos a alterações.

Fonte: Banco Milenium-COOAFESP/SGI/SSPDF

Considerando a figura acima, é possível observar que as regiões administrativas em que mais ocorreram o feminicídio em 2018 foram: Ceilândia, Brasília, Sobradinho 2, Santa Maria e Recanto das Emas. Dessas cinco regiões administrativas com maior incidência, quando somados as participações, representam 61% do total registrado, em 2018, no Distrito Federal.

⁴² EUFRÁSIO, Jéssica. **DF é a quinta unidade da federação com maior taxa de feminicídios**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/10/27/interna_cidadesdf,801249/df-e-a-quinta-unidade-da-federacao-com-maior-taxe-de-feminicidios.shtml. Acesso em: 31 set. 2019.

⁴³ COOAFESP/SGI. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública nº. 001/20** –Crimes de feminicídio tentado e consumado no distrito federal – acompanhamento desde a edição da lei de feminicídio(março/2015) e especialmente o comparativo do ano de 2018 com o mesmo período do ano anterior. Secretaria de Estado da Segurança Pública, 11 jan. 2019. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF_2017_18.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

Dos 28 crimes de feminicídio ocorridos no Distrito Federal, estes representam no período de janeiro a dezembro do ano de 2018, 6,2% do total de homicídios ocorridos na capital. (453 vítimas de homicídio).

Quanto ao perfil da vítima, dos autores e das características do crime de feminicídio foram considerados todos os crimes que ocorreram no ano de 2018, esses dados foram extraídos das ocorrências policiais. Quanto ao perfil das vítimas é possível afirmar que 3% das vítimas possuía de 0 a 17 anos, 28% de 18 a 29 anos, 55% de 30 a 50 anos e 14% mais de 50 anos. Já no caso do perfil dos autores do crime de feminicídio, 33% dos autores possuía de 18 a 29 anos, 50 % de 30 a 50 anos e 17% mais de 50 anos. Portanto, na maioria desses crimes o autor e a vítima possuíam praticamente a mesma faixa etária e os que mais atuam como agente passivo e agente ativo também possuem a mesma idade, de 30 a 50 anos, considerando que 55% das vítimas possuía de 30 a 50 anos, enquanto 50% dos autores possuía de 30 a 50 anos de idade.

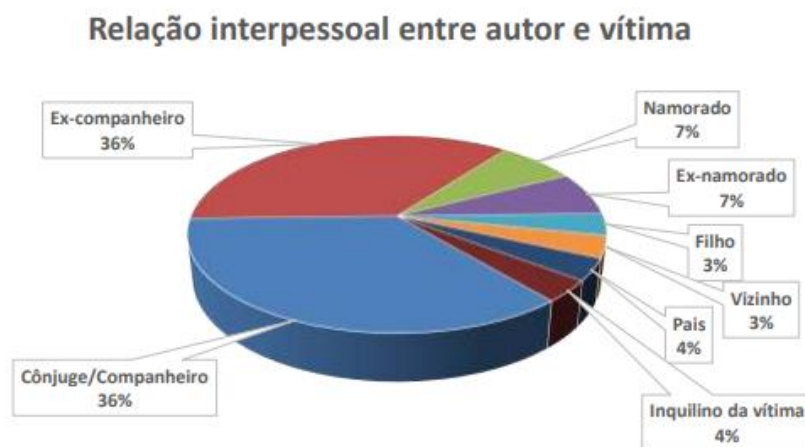
Quanto a motivação do crime 29% foram causados por ciúme e o casal estava separado, 3% devido a briga por ponto de venda (camelô), 7% por droga, 4 % por motivos financeiros, 4% por maus tratos/omissão de socorro e 53% dos crimes de feminicídio foram causados por ciúme e o casal moravam juntos. Logo, a maioria dos crimes de feminicídio ocorridos no Distrito Federal é causado por ciúmes, sendo que a maioria ocorre quando o casal mora junto (53%).⁴⁴

A imagem abaixo, mostra a relação interpessoal entre o autor e a vítima:

⁴⁴ COOAFESP/SGI. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública nº. 001/20** –Crimes de feminicídio tentado e consumado no distrito federal – acompanhamento desde a edição da lei de feminicídio(março/2015) e especialmente o comparativo do ano de 2018 com o mesmo período do ano anterior. Secretaria de Estado da Segurança Pública, 11 jan. 2019. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF_2017_18.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

Figura 3 – Relação interpessoal entre autor e a vítima.

Vínculos entre autor e vítima – Ano-2018.



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP\DF)

Na figura acima, é possível observar que a maioria dos crimes foram cometidos pelo ex-companheiro (36%) ou pelo cônjuge/companheiro (36%), refutando que a maioria dos crimes ocorre por ciúme, pelo fato dos autores não aceitarem o término do relacionamento ou acreditarem que a vítima é sua propriedade. Enquanto 7% dos crimes foram cometidos por namorado, 4% pelos pais, 4% pelo inquilino da vítima, 3% filho e 7 % por ex-namorado,

No que se refere aos antecedentes criminais dos autores, 89% possuíam antecedentes criminais e 11% não possuíam antecedentes. Das 28 ocorrências, houve 30 autores, sendo que 27 (vinte e sete) já possuíam antecedentes criminais: 11 (onze) já respondiam pelo crime previsto na Lei Maria da Penha, ameaça, roubo e furto; 10 (dez) por tráfico, uso e porte de drogas, furto, roubo e tentativa de homicídio; 6 (seis) por roubo e furto, tentativa de homicídio, lesão corporal, ameaça e maus tratos. 03 (três) autores não tinham antecedentes criminais.⁴⁵

A figura abaixo, mostra os locais em que ocorreram o crime de feminicídio:

⁴⁵ COOAFESP/SGI. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública nº. 001/20** –Crimes de feminicídio tentado e consumado no distrito federal – acompanhamento desde a edição da lei de feminicídio(março/2015) e especialmente o comparativo do ano de 2018 com o mesmo período do ano anterior. Secretaria de Estado da Segurança Pública, 11 jan. 2019. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF_2017_18.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

Figura 4 – Local da agressão.

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP\DF)

Considerando a figura acima é possível observar que a maioria dos crimes ocorreram na residência da vítima (82%), enquanto 7% ocorreram em empresas comercial, 7% via pública e 4% em Rodoviária (*touring*).

Quanto ao meio de arma utilizado nos crimes de feminicídio, considerando a imagem abaixo, é possível observar que 25,00% foi por arma de fogo, 46,43% por arma branca, 25,00% outros e 3,57% não foram informados. Portanto, na maioria dos casos o meio empregado é arma branca (46,43%).

Figura 5 – Tipos de arma utilizada (meio empregado).

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP\DF)

De modo geral, a motivação do crime resume-se à violência doméstica e familiar. Dos 30 (trinta) autores, 21 (vinte e um) estão presos, 7 (sete) suicidaram e 2 (dois) continuam procurados com mandados de prisão. 32% dos crimes ocorreram no horário das 18h00 às 23h59. 11 (onze) autores já respondiam pelo crime da Lei Maria da Penha. Todavia, não há informação se as vítimas estavam ou não sob Medidas Protetivas de Urgência.⁴⁶

Visto isso, cabe elencar os dados referentes a incidência do crime de feminicídio no ano de 2019 no Distrito Federal. No ano de 2019, ocorreram 33 crimes de feminicídio no Distrito Federal, de acordo com dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública. A figura abaixo mostra os crimes de feminicídio consumados, por região administrativa.

Figura 6 – Número de feminicídios consumado por Região (2018/2019).

FEMINICÍDIO (Lei 13.104/15)									
RANKING (2019)	REGIÃO ADMINISTRATIVA	Jan/dez		VARIAÇÃO		PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO - ANO 2018	PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO - ANO 2019		
		2018	2019	(%)	Quantit.				
1ª	BRASILIA	3	4		1	10,7%	25%	12,1%	52%
2ª	TAGUATINGA	0	4		4	0,0%		12,1%	
3ª	VICENTE PIRES	0	3		3	0,0%		9,1%	
4ª	SANTA MARIA	3	3		0	10,7%		9,1%	
5ª	PLANALTINA	1	3		2	3,6%		9,1%	
6ª	PARANOIA	0	3		3	0,0%	75%	9,1%	48%
7ª	GAMA	1	2		1	3,6%		6,1%	
8ª	SOBRADINHO	0	2		2	0,0%		6,1%	
9ª	CEILANDIA	5	1		-4	17,9%		3,0%	
10ª	SUDOESTE	0	1		1	0,0%		3,0%	
11ª	RIACHO FUNDO	0	1		1	0,0%		3,0%	
12ª	SAMAMBAIA	2	1		-1	7,1%		3,0%	
13ª	ITAPOA	2	1		-1	7,1%		3,0%	
14ª	CRUZEIRO	0	1		1	0,0%		3,0%	
15ª	SOBRADINHO 2	3	1		-2	10,7%		3,0%	
16ª	FERCAL	0	1		1	0,0%		3,0%	
17ª	SAO SEBASTIAO	1	1		0	3,6%		3,0%	
18ª	GUARA	1	0		-1	3,6%		0,0%	
19ª	ESTRUTURAL	1	0		-1	3,6%		0,0%	
20ª	RIACHO FUNDO 2	2	0		-2	7,1%		0,0%	
21ª	RECANTO DAS EMAS	3	0		-3	10,7%		0,0%	
TOTAL		28	33	17,9%	5	100%	100%		

Fonte: Banco Milênio - COOAFESP/SGI/SSPDF

Obs: Dados atualizados em 02/01/2020, pela data do fato, estando sujeitos a alterações.

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP\DF)

É possível observar que as cinco Regiões Administrativas com maior incidência do crime de feminicídio no ano de 2019, foram: Brasília, Taguatinga, Vicente Pires, Santa Maria

⁴⁶ COOAFESP/SGI. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública nº. 001/20** –Crimes de feminicídio tentado e consumado no distrito federal – acompanhamento desde a edição da lei de feminicídio(março/2015) e especialmente o comparativo do ano de 2018 com o mesmo período do ano anterior. Secretaria de Estado da Segurança Pública, 11 jan. 2019. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF_2017_18.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

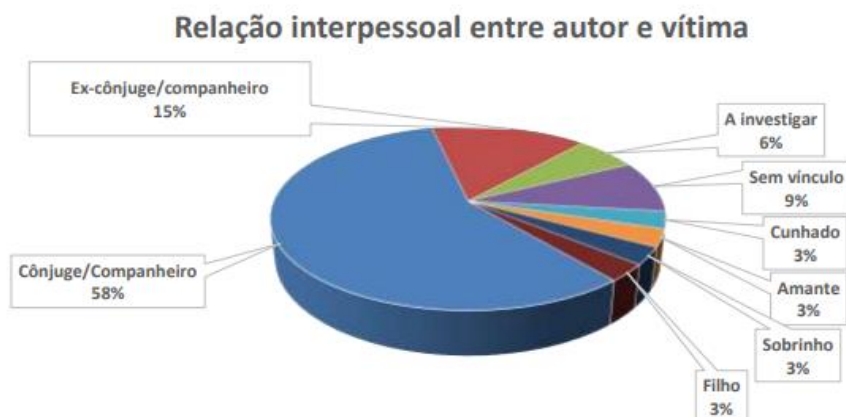
e Planaltina quando somados as participações, representam 52% do total registrado, no ano de 2019, no Distrito Federal. Cabe ressaltar que desde o advento da lei que pune o crime de feminicídio, o número de vítimas do crime de feminicídio chega ao total de 105 (cento e cinco) vítimas no Distrito Federal.⁴⁷

No que se refere ao perfil das vítimas, dos autores e das características do crime de feminicídio baseando-se em informações presentes na ocorrência policial, considerando os 33 (trinta e três) crimes de feminicídio ocorridos no período de janeiro a dezembro do ano de 2019. É possível observar que 27% das vítimas possuía de 18 a 29 anos de idade, 42% de 30 a 49 anos de idade e 34% mais de 50 anos de idade. Quanto a faixa etária dos autores, 15% possuía de 18 a 29 anos de idade, enquanto 59% possuía de 30 a 49 anos de idade, 12% mais de 50 anos de idade, e 15% não foram identificados. Portanto, o número de vítimas que possuem de 30 a 49 anos de idade é maior, cerca de 42%, enquanto a faixa etária dos autores de 30 a 49 anos de idade, também é maior, cerca de 59%.

Quanto a motivação do crime de feminicídio, 6% foram causados por maníaco sexual, 3% por surto psicótico, 12% por motivo fútil (desavenças), 21% estão em investigação, 46% por ciúmes nos casos em que o casal moravam juntos e 12% também por ciúmes nos casos em que o casal estava separado.

A figura abaixo ressaltar a relação interpessoal entre o autor e a vítima nos crimes de feminicídio.

⁴⁷ COOAFESP/SGI. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública nº. 001/20** –Crimes de feminicídio tentado e consumado no distrito federal – acompanhamento desde a edição da lei de feminicídio(março/2015) e especialmente o comparativo do ano de 2018 com o mesmo período do ano anterior. Secretaria de Estado da Segurança Pública, 11 jan. 2019. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADio-no-DF_2017_18.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

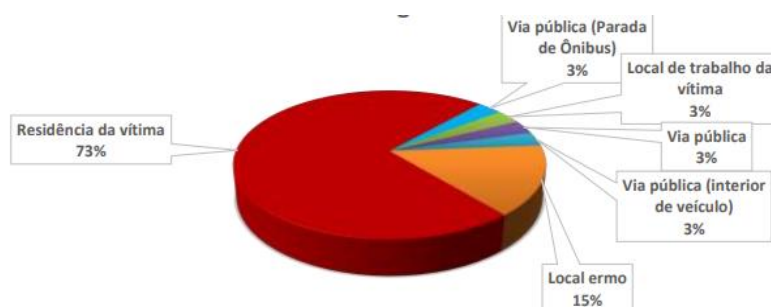
Figura 7 – Vínculos entre autor e vítima – Ano 2019

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP\DF)

Como pode-se observar, no que tange a relação interpessoal entre autor e vítima do crime de feminicídio, 6% estão em investigação, 9% não possui vínculo, 3% foram cometidos pelo cunhado, 3% por amante, 3% pelo sobrinho, 3% cometido pelo filho, 58% pelo cônjuge ou companheiro e 15% pelo ex-cônjuge ou companheiro. Destarte que a predominância dos autores dos crimes de feminicídio continua sendo o cônjuge ou companheiro da vítima (58%).

No que se refere aos antecedentes criminais dos autores, 32% não possuem antecedentes criminais, 62% possuem antecedentes criminais e 6% o autor é desconhecido. De 33 ocorrências do crime de feminicídio, houve 34 autores, sendo que 11 (onze) não tinham antecedentes criminais, 21 (vinte e um) com antecedentes e 02 (dois) autores ainda desconhecidos.

A imagem abaixo, traz dados referentes ao local da agressão.

Figura 8 – Local da agressão (2019).

Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP\DF)

Considerando a imagem acima é possível observar que na maioria das vezes o local em que ocorre o crime é na residência da vítima (73%), enquanto 3% ocorrem via pública (parada de ônibus), 3% no local de trabalho da vítima, 3% em via pública, 3% via pública (interior de veículo).

A figura abaixo, traz dados referentes ao tipo de arma utilizado no ano de 2019 nos crimes de feminicídio.

Figura 9 – Tipos de arma utilizada.

2.8 Tipos de ARMA UTILIZADA (MEIO EMPREGADO) - Ano 2019:



Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP\DF)

Considerando a figura acima, é possível afirmar que a maioria dos crimes de feminicídio ocorridos no ano de 2019 tiveram como meio empregado arma branca (17), enquanto 7 foram por arma de fogo, 8 por outros meios, e 1 não informado. Quanto a faixa horária de maior incidência desses crimes: 36% dos crimes ocorreram no horário das 18h00 às 23h59 e 33% no horário de 06h00 às 11h59. Os dias da semana de maior incidência foram a segunda-feira, quinta-feira e domingo com 21,2% cada, totalizando os três dias com 63,6% do total.⁴⁸

1.7.1 Ciclo da Violência

O referido capítulo possui por intuito abordar o Ciclo da Violência e suas fases.

⁴⁸ COOAFESP/SGI. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública nº. 001/20** –Crimes de feminicídio tentado e consumado no distrito federal – acompanhamento desde a edição da lei de feminicídio(março/2015) e especialmente o comparativo do ano de 2018 com o mesmo período do ano anterior. Secretaria de Estado da Segurança Pública, 11 jan. 2019. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF_2017_18.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

O termo “Ciclo da Violência⁴⁹”, refere-se a uma teoria criada pela psicóloga norte-americana Lenore Walker. De acordo com Lenore, as agressões cometidas em um contexto conjugal acontecem dentro de um ciclo que se repete constantemente. Esse Ciclo da Violência divide-se em três fases: aumento de tensão, ataque violento e a “lua de mel” ou calmaria.

Na primeira fase, “Aumento de Tensão”, o agressor fica tenso e irritado por coisas insignificantes, chegando a ter acessos de fúria, destruindo objetos, humilhando e ameaçando a vítima. Diante dessas atitudes, a mulher tenta acalmar o agressor e costuma evitar qualquer conduta que possa “provocá-lo”. Na maioria dos casos, a vítima não consegue compreender que isso está acontecendo com ela, esconde os fatos das demais pessoas e, diversas vezes acha que fez algo de errado para justificar o comportamento violento de seu agressor. Essa tensão pode durar dias ou anos, mas como ela aumenta cada vez mais, é muito provável que a situação levará à Fase 2.

Na Fase 2, “Atos de Violência”, ocorre à explosão do agressor, ou seja, a falta de controle chega ao limite e o leva a tomar atitudes violentas. Nessa fase, toda a tensão acumulada na Fase 1 (aumento de tensão), se materializa em violência verbal, física, psicológica, moral ou patrimonial. Embora a vítima tenha consciência de que o agressor está fora de si e tem um poder destrutivo grande em relação à sua vida e sua integridade física o sentimento da mulher é de paralisia e impossibilidade de reação, o que acaba fazendo com que a vítima sofra de uma tensão psicológica severa, gerando como sintomas insônia, perda de peso, fadiga constante, ansiedade. Obviamente uma situação como essa é degradante para qualquer ser humano o que faz com que a mulher sinta medo, ódio, vergonha, confusão e dor. Mas é nesse momento, que a vítima começa a compreender o que está acontecendo, fazendo com que ela tome suas próprias decisões, como por exemplo, denunciar, buscar ajuda, esconder-se na casa de amigos e parentes, pedir a separação e infelizmente até mesmo se suicidar. Normalmente, há um distanciamento do agressor.

Na fase 3, que seria a fase da calmaria, arrependimento ou “lua de mel”, ocorre o arrependimento do agressor, que de uma hora para outra se torna amável em busca da reconciliação. A mulher acaba se sentindo confusa e pressionada a manter o seu relacionamento, especialmente quando o casal tem filhos. Nessa fase há um período relativamente calmo, em que a mulher se sente feliz por acreditar que seu agressor possa mudar,

⁴⁹ INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em 21 set. 2019.

observando seus esforços e mudanças de atitude. Como há a demonstração de arrependimento, a vítima se sente responsável pelo agressor, o que estreita a relação de dependência entre vítima e agressor. Por fim, a tensão volta e, com ela, as agressões da Fase 1, e esse ciclo volta a se repetir constantemente até que algo mais grave ocorra, como o crime de feminicídio ou então a vítima decida enfim se separar ou denunciar seu agressor, para cessar com esse ciclo vicioso.

De acordo com a psicóloga Lenira da Silveira⁵⁰, especializada no atendimento a mulheres vítimas de violência, a mulher vítima de violência pode ficar presa nesse ciclo durante muito tempo até tomar consciência de sua situação, pois acredita que seu agressor pode mudar, pois a vítima quer acreditar que o investimento que ela fez naquela relação conjugal não será em vão. A situação de violência doméstica gera trauma a vítima, fazendo com que muitas vezes ela tenha dificuldade em se relacionar com outras pessoas, de confiar em si mesma, sendo necessário que se realize um trabalho intenso para que essa situação seja superada.

⁵⁰ AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **O que é, como enfrentar e como sair do ciclo da violência.** Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-daviolencia/>. Acesso em: 21 set. 2019.

2 AS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA

O presente capítulo busca abordar as medidas protetivas de urgência, bem como seu conceito, natureza jurídica, procedimento e atual efetividade no Distrito Federal. As medidas protetivas de urgência estão previstas na Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 nos artigos 22 a 24, considerada como um dos maiores avanços relacionados ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, pois possui como objetivo criar mecanismos para coibir e prevenir a violência de gênero contra mulheres. Sua aplicação poderá ser imediata e urgente, de natureza cautelar cível, processual penal ou híbrida (tanto cível quanto processual penal).

As medidas protetivas de urgência são medidas cautelares que possuem por intuito proteger a integridade física da vítima. Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao magistrado no prazo de 48 horas conhecer do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência; determinar o encaminhamento da ofendida ao órgão de assistência judiciária, quando for o caso; e comunicar o Ministério Público para que adote as providências cabíveis. Sua concessão poderá ser feita mediatamente, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser imediatamente comunicado. E ainda poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, e podem ser substituídas a qualquer tempo por outras medidas de maior eficácia, nos casos em que os direitos dispostos na Lei Maria da Penha forem violados ou ameaçados.⁵¹

Apesar de não estar previsto em lei, com base no poder geral de cautelar, o juiz poderá decretar as medidas protetivas de ofício, dependendo do caso.

O juiz poderá ainda, a requerimento do Ministério Público ou a pedido da ofendida, conceder novas medidas protetivas de urgência ou rever aquelas que já foram concedidas, se entender necessário à proteção da ofendida, de seus familiares e de seu patrimônio, desde que ouvido o Ministério Público.⁵²

Destarte que, em qualquer fase da instrução criminal ou do inquérito policial, caberá a prisão preventiva do agressor, desde que seja decretada pelo juiz, de ofício, mediante representação policial ou a requerimento do Ministério Público. O magistrado poderá ainda

⁵¹ CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, vol. 4, 2019.

⁵² BRASIL. **Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

revogar a prisão preventiva se, ao decorrer do processo, verificada a falta de motivo para que a prisão subsista, bem como decretá-la novamente, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Como a maior interessada nesses casos é a ofendida, a fim de assegurar sua proteção, esta deverá sempre ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão, sem prejuízo da intimação do advogado constituído ou do defensor público. Por óbvio, a ofendida não poderá entregar intimação ou notificação ao agressor.

Verificada a prática de violência doméstica e familiar, o juiz poderá aplicar as Medidas Protetivas de Urgência, essas medidas dividem-se em medidas protetivas que obrigam o agressor a não praticar determinados atos, e em medidas protetivas de urgência à ofendida, que visam a proteção da ofendida.

Nos que tange as medidas protetivas que obrigam o agressor o juiz poderá aplicar, de imediato, cumulativamente ou separadamente, as seguintes medidas: I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003; II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; III - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios. VI –comparecimento do agressor a programas de recuperação e reeducação; e; VII – acompanhamento psicossocial do agressor, por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

É importante salientar que esse rol não é taxativo, portanto, pode o magistrado aplicar outras medidas previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida estiver ameaçada ou a depender do caso concreto, sendo necessária a comunicação ao ministério público.⁵³

⁵³ CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, vol. 4, 2019.

No caso do inciso I, se o agressor pertencer a alguma carreira que use arma de fogo (*caput* e incisos do art. 6º da Lei n. 10.826, de 22 de dezembro de 2003) o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, e o superior imediato do agressor será o responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso. O auxílio de força policial poderá ser requisitado pelo juiz, a qualquer momento com o intuito de garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência.⁵⁴

De acordo com o artigo 22, § 4º, da Lei n. 11.340 de 2006, no que couber, aplica-se o disposto no *caput* e nos §§ 5º e 6º do art. 461 do Código de Processo Civil de 1973:

Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. § 5º Para a efetivação da tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial. § 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Quanto as medidas protetivas de urgência à ofendida, poderá o juiz, se necessário, sem prejuízo de outras medidas: I - encaminhar a ofendida e seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento; II - determinar a recondução da ofendida e a de seus dependentes ao respectivo domicílio, após afastamento do agressor; III - determinar o afastamento da ofendida do lar, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda dos filhos e alimentos; IV - determinar a separação de corpos. V -determinar a matrícula dos dependentes da ofendida em instituição de educação básica mais próxima do seu domicílio, ou a transferência deles para essa instituição, independentemente da existência de vaga.⁵⁵

Visando a proteção patrimonial dos bens do casal ou daqueles de propriedade particular da ofendida, o juiz poderá determinar, liminarmente, as seguintes medidas, entre outras: I - restituição de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida; II - proibição temporária para a celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum,

⁵⁴ CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: legislação penal especial**. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, vol. 4, 2019, p. 833.

⁵⁵ BRASIL. **Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal**. Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 24 set 2019.

salvo expressa autorização judicial; III - suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor; IV - prestação de caução provisória, mediante depósito judicial, por perdas e danos materiais decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a ofendida.

É importante ressaltar que recentemente houve uma alteração na Lei Maria da Penha, quanto ao descumprimento das medidas protetivas de urgência. A Lei n. 13.641, de 3 de abril de 2018, passou a considerar crime o descumprimento de decisão judicial que defere as medidas protetivas de urgência, portanto caso o agressor descumpra alguma das medidas protetivas de urgência impostas, responderá por esse crime. É importante ressaltar, que, quando o descumprimento for de responsabilidade do próprio agressor, poderá, inclusive, ser decretada a prisão preventiva. Antes da referida alteração havia jurisprudência no sentido de considerar atípica determinada conduta, gerando como consequência pelo descumprimento de medida protetiva de urgência a imposição de multa e a prisão preventiva do agressor:

[...] Não se caracterizou, contudo, o crime de desobediência, imputado ao réu por ter descumprido medidas protetivas. O crime de desobediência - subsidiário - somente se caracteriza quando o descumprimento da ordem emitida não é objeto de sanção administrativa ou civil, salvo se a lei ressaltar expressamente a aplicação cumulativa do art. 330 do CP. O art. 313, III, do CPP e o art. 20 da Lei n. 11.340/06 preveem a possibilidade de decretação de prisão preventiva do agressor se o crime envolver violência doméstica e familiar, como forma de garantir a execução das medidas protetivas de urgência. Estabelece, ainda, a Lei n. 11.340/06 outras medidas para a hipótese de descumprimento das medidas protetivas, como o auxílio de força policial, a imposição de multa diária, busca e apreensão e remoção de pessoas e coisas (art.22, §§ 3º e 4º). Existentes sanções específicas para o descumprimento de medidas protetivas impostas no âmbito doméstico e familiar, afasta-se a caracterização do crime de desobediência.⁵⁶

Pode-se afirmar que as medidas protetivas de urgência são medidas judiciais que agem como uma forma de intervenção do Estado nos casos em que a mulher se encontra em situação de violência doméstica e familiar, são concedidas pelo juiz, a pedido da ofendida, por requerimento do Ministério Público ou, ainda, por representação da autoridade policial,

⁵⁶ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Acórdão 1125491, 20171010057390APR, Relator Des. Jair Soares, 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 20/9/2018, publicado no DJe: 24/9/2018. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaosweb/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&comando=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&quantidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASEACORDAOS&numeroDaUltimaPagina=1&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&numeroDoDocumento=1125491>. Acesso em: 26 set. 2019.

devendo ser solicitada delegacia, no momento do registro do Boletim de Ocorrência. Portanto, consistem em um meio de proteção disposto na Lei Maria da Penha.⁵⁷

Considerando a importância do referido instituto, desde a promulgação da Lei Maria da Penha, pouco se debateu acerca da natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. No entanto, é de suma importância definir a natureza jurídica de um instituto como esse, considerando ainda que há determinada divergência doutrinária quanto a natureza jurídica das medidas protetivas de urgência, o que acaba por gerar decisões judiciais diversas. Visto isso, há de se afirmar que devido a essa divergência, restam indefinidas questões como a duração das medidas de proteção, a perda de eficácia pelo não ajuizamento de ação principal, o recurso cabível contra a decisão que aprecia sua aplicação, a competência para conhecimento do recurso e as consequências do descumprimento da ordem.⁵⁸

2.1 Natureza Jurídica das Medidas Protetivas de Urgência

Quanto a natureza jurídica das medidas protetivas de urgência, o entendimento majoritário defende que as medidas protetivas são tutelas de urgência autônomas, de natureza cível e de caráter satisfativo e devem permanecer enquanto forem necessárias para garantir a integridade física, psicológica, moral, sexual e patrimonial da vítima, portanto, estão desvinculadas de inquéritos policiais e de eventuais processos cíveis ou criminais. Elas possuem o intuito de proteger pessoas e não processos e se assemelham aos *writs* constitucionais, como o mandado de segurança e o habeas corpus. Nesse sentido, Pires:

As medidas protetivas têm natureza jurídica cível *sui generis* no sentido de constituírem ora ordens mandamentais satisfativas, ora inibitórias e reintegratórias (preventivas), ora antecipatórias, ora executivas, todas de proteção autônomas e independentes de outro processo, as quais visam proteger os bens jurídicos tutelados pela Lei Maria da Penha e não proteger eventual futuro ou simultâneo processo [...] cível ou penal. Assim, as medidas protetivas se distinguem das medidas cautelares previstas no CPP e no CPC e com elas não se confundem.⁵⁹

⁵⁷ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. **Violência contra a mulher: medidas protetivas de urgência podem salvar vidas**. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/setembro/medidas-protetivas-podem-salvar-vidas>. Acesso em 24 set. 2019.

⁵⁸ BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 24 set. 2019.

⁵⁹ PIRES, Amom Albernaz. A opção legislativa pela política criminal extrapenal e a natureza jurídica das medidas protetivas da Lei Maria da Penha. **Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. Brasília, v. 1, n. 5, p. 121-168, 2011, p. 161.

Quanto ao entendimento dos tribunais, embora alguns venham entendendo as medidas protetivas como tutela cautelar preparatória, a depender da existência de um procedimento penal ou civil. Para o Superior Tribunal de Justiça, o entendimento é de que as tutelas de urgência da Lei Maria da Penha, são medidas de natureza cível, que devem permanecer desvinculadas de outros processos, por terem caráter satisfativo e visarem a proteção de pessoas e bens. Elenca-se, então, decisão de nosso tribunal onde há maior demanda acerca do tema, *in verbis*:⁶⁰

PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. INDEFERIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE NATUREZA CÍVEL. RECURSO PRÓPRIO. NÃO CONHECIMENTO. 1 AS MEDIDAS PROTETIVAS DE NATUREZA CÍVEL E O PROCESSO CRIMINAL SÃO ABSOLUTAMENTE INDEPENDENTES E DESAFIAM DESLINDE ESPECÍFICO, SENDO QUE O INDEFERIMENTO DAQUELAS DESAFIA RECURSO PRÓPRIO NA ESFERA CÍVEL, MAIS ESPECIFICAMENTE O DE AGRAVO DE INSTRUMENTO, TORNANDO-SE INADMISSÍVEL O MANEJO DE APELAÇÃO CRIMINAL. AFASTA-SE A COMPETÊNCIA DA TURMA CRIMINAL EM FAVOR DA TURMA CÍVEL. 2 REMESSA DOS AUTOS À UMA DAS TURMAS CÍVEIS, COMPETENTE PARA CONHECER DA MATÉRIA QUESTIONADA. ⁶¹

Consoante o disposto acima, é possível observar que, caso a medida protetiva seja de caráter cível deverá ser analisada na esfera cível, sendo cabível recurso próprio na esfera cível, qual seja, o agravo de instrumento a ser processado e julgado por Turma Cível do Tribunal de Justiça competente, afastando-se, portanto, a competência da Turma Criminal.⁶²

Quanto ao tema, o Superior Tribunal de Justiça em decisão datada de 12 de fevereiro de 2014, confirmou o entendimento que as medidas protetivas de urgência são autônomas, possuem natureza cível, conforme texto abaixo:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI N. 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). INCIDÊNCIA NO ÂMBITO CÍVEL. NATUREZA

⁶⁰ DINIZ, Anaílton. **Medidas protetivas de urgência**: natureza jurídica -reflexos procedimentais. Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/nespeciais/promulher/artigos/Medidas%20Protetivas%20de%20Urgencia%20-%20Natureza%20Jur%C3%ADdica%20-%20Anaílton%20Mendes%20de%20Sa%20Diniz.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

⁶¹ BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. APR: 5358920078070008 DF 0000535-89.2007.807.0008, Relator: George Lopes Leite, Data de Julgamento: 12/06/2008, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: 09/07/2008, DJ-e Pág. 95.

⁶² OLIVEIRA. L., CAVALIERE, D. **Cabimento de recursos nos juizados de violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-09/opiniao-cabimento-recursos-juizados-violencia-domestica> Acesso em: 29 out. 2019.

JURÍDICA. DESNECESSIDADE DE INQUÉRITO POLICIAL, PROCESSO PENAL OU CIVIL EM CURSO. 1. As medidas protetivas previstas na Lei n. 11.340/2006, observados os requisitos específicos para a concessão de cada uma, podem ser pleiteadas de forma autônoma para fins de cessação ou de acautelamento de violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência, presente ou potencial, de processo-crime ou ação principal contra o suposto agressor. 2. Nessa hipótese, as medidas de urgência pleiteadas terão natureza de cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, haja vista que não se busca necessariamente garantir a eficácia prática da tutela principal. "O fim das medidas protetivas é proteger direitos fundamentais, evitando a continuidade da violência e das situações que a favorecem. Não são, necessariamente, preparatórias de qualquer ação judicial. Não visam processos, mas pessoas" (DIAS. Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. 3 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012). 3. Recurso especial não provido.⁶³

Conforme o disposto acima, é possível afirmar que as medidas protetivas de urgência podem ser aplicadas de forma autônoma com o intuito de cessar ou acautelar a violência doméstica contra a mulher, independentemente da existência de ação principal contra o suposto agressor, nessa hipótese as medidas de urgência terão natureza cautelar cível satisfativa, não se exigindo instrumentalidade a outro processo cível ou criminal, visto que busca garantir a eficácia da tutela principal, resguardar os direitos fundamentais da vítima, cessando a continuidade da violência doméstica. Não são preparatórias de qualquer ação judicial, portanto, não visam proteger o processo, e sim a vítima.

2.2 Procedimento

Quanto a aplicação da medida cautelar, todavia, apenas o Poder Judiciário pode deferi-la, não cabendo ao delegado fazê-lo, contudo, em nome da celeridade, o artigo 18, Lei n. 11.340/2006⁶⁴, estabelece ao Juiz que receba o expediente no prazo de 48 horas, e o artigo 19, Lei n. 11.340/2006, aponta que elas poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público. Quanto ao prazo, para duração da aplicação de medidas protetivas de urgência, contudo, na prática, se observa que os Juízes as decretam por 90 dias e, ao final deste prazo, decidem por renová-la ou não. De acordo com o artigo 20, Lei n. 11.340/2006, caberá, em qualquer fase do processo, a decretação de prisão preventiva do agressor, caso este descumpra MPU, considerando que o descumprimento de eventual medida protetiva de urgência, atualmente configura-se como tipo penal. De acordo

⁶³ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 - Quarta Turma.

⁶⁴ BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, 2019 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

com o artigo 21, Lei n. 11.340/2006, a ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, especialmente dos pertinentes ao ingresso e à saída da prisão.

Os artigos 22 a 24, Lei n. 11.340/2006⁶⁵, trazem as medidas protetivas de urgência, que podem ser aplicadas em conjunto ou separadamente com as medidas protetivas do artigo 319, do CPP. Cumpre ressaltar que estas hipóteses são taxativas, considerando que no Direito Penal, não se podem criar novas medidas restritivas de liberdade além daquelas expressamente previstas em lei. As principais MPU'S estão previstas no art. 22, Lei n. 11.340/2006, são elas: I-Suspensão da posse ou restrição do porte de armas: trata-se de uma medida de natureza mais próxima do Direito Administrativo. Esta medida é tomada, em especial, quando o agressor é membro de forças armadas militares ou policiais, II- Afastamento do lar: trata-se de medida de natureza processual penal, que está entre as mais comumente decretadas, junto à proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas; III- Proibição de determinadas condutas: trata-se de medida de natureza processual penal, que está entre as mais comumente decretadas, junto com o afastamento do lar. A proibição mais comum é a de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas; IV- Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores: trata-se de medida de natureza cível, que trata de restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores. Tendo em vista que se trata de direito do pai e do menor, e não da mulher, a doutrina e a jurisprudência concordam que esta MPU só deve ser aplicada quando também há agressão aos filhos; VI- Prestação de alimentos provisionais ou provisórios: trata-se, também, de medida de natureza eminentemente cível.

De acordo com o art. 16, da Lei n. 11.340/2006, quando a ação penal em questão se tratar de ação penal pública condicionada à representação, a retratação (que, nas regras do Código Penal, pode ocorrer por meio de petição, desde que antes do recebimento da denúncia), só poderá ocorrer em uma audiência feita com essa finalidade específica, que é chamada de “audiência de ratificação”. Esta audiência também é chamada de “audiência de retratação”, mas há certas críticas doutrinárias a respeito desta segunda nomenclatura, pois afirma-se que ela pode induzir a vítima a se retratar, ao invés de confirmar (ratificar) a denúncia que ela já prestou.

⁶⁵ BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

É importante ressaltar que a Lei n. 9.099/95 é inaplicável aos crimes tutelados pela Lei n. 11.340/2006. Trata-se de previsão expressa do art. 41, Lei n. 11.340/06⁶⁶, que não se pode utilizar a Lei n. 9.099/95 para crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. A ideia é de forçar a judicialização deste tipo de crime, por uma justificativa de política criminal, de modo a forçar os órgãos do Judiciário a estudarem e discutirem esse tema, maturando-o e publicizando-o frente à Sociedade para forçar a criação de políticas públicas nesse sentido. Antes, quando este tipo de crime era levado a julgamento em Juizado Especial, eram oferecidas transações penais e, por vezes, a pena era substituída por pagamento de cestas básicas, revelando um tratamento deste tipo de crime como algo mais próximo das relações privadas do que da relação com o interesse público. A ideia da Lei Maria da Penha, portanto, é mudar esta perspectiva, tornando a questão da violência contra a mulher uma questão de interesse público. Outra consequência importante da judicialização é o aumento do número de registros de violência, o qual, em um primeiro momento, inclusive, faz com que mais casos apareçam, em razão da chamada “cifra oculta”, que consiste nos casos ocorridos, mas não registrados oficialmente.

⁶⁶ BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

3 ANÁLISE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE CONTENÇÃO DO FEMINICÍDIO NO DISTRITO FEDERAL

O presente capítulo busca analisar as medidas protetivas de urgência como instrumento de contenção do feminicídio no distrito federal, com base nos dados de pesquisas realizadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Dados do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), apontam que o número de pedidos de medidas protetivas em casos de violência doméstica cresceu no Distrito Federal.⁶⁷

No ano de 2018 de janeiro a maio, houve 5.894 pedidos de medidas protetivas de urgência, enquanto no mesmo período do ano de 2019, foram feitos 6.409 pedidos; No ano de 2018 do total de 12.892 pedidos de medidas protetivas de urgência, 7.744 foram concedidos, 3.179 foram concedidos em parte e 1.969 foram negados. Enquanto em 2019, do período de janeiro até julho foram deferidas 4.264 medidas protetivas, esse número não inclui as 639 solicitações de medidas protetivas indeferidas, e os 981 pedidos que foram deferidos parcialmente.⁶⁸

Quanto ao indeferimento das Medidas Protetivas de Urgência, de acordo com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) um estudo preliminar realizado pelo promotor de Justiça Thiago Pierobom, da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Família de Brasília, mostra que no período de 1º de outubro de 2018 a 31 janeiro de 2019, 22% dos pedidos de medidas protetivas de urgência solicitados por mulheres vítimas de violência doméstica no DF com base na Lei Maria da Penha, em tramitação no sistema PJ-e, foram negados pelo sistema de Justiça na decisão liminar. Essa pesquisa foi fundamentada com base na análise de uma amostra de 534 processos distribuídos

⁶⁷ MARINHO, Bianca e YOSHIMINE, Rita. DF já teve 6,4 mil pedidos de medidas protetivas por violência doméstica em 2019. **G1 DF**. Globo.com. 07 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/07/df-ja-teve-64-mil-pedidos-de-medidas-protetivas-por-violencia-domestica-em-2019.ghtml>. Acesso em 24 jan. 2020.

⁶⁸ FERREIRA, Afonso. Lei Maria da Penha faz 13 anos; a cada dia, Justiça concede 20 medidas protetivas no DF. **G1 DF**. Globo.com 07 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/07/lei-maria-da-penha-faz-13-anos-a-cada-dia-justica-concede-20-medidas-protetivas-no-df.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2020.

aos 19 Juizados de violência doméstica de Brasília. Em uma das varas, as negativas alcançaram mais de 51% dos pedidos, mas em diversas varas há índice de 0% de indeferimento.⁶⁹

Um estudo feito pela Câmara Técnica de Monitoramento de Homicídios e Feminicídios da Secretaria de Segurança Pública do DF mostra que quase 80% das mulheres mortas pelos maridos ou companheiros não estavam sob medidas protetivas de urgência.⁷⁰

Visto isso, cabe ressaltar um caso que ocorreu no Distrito Federal em agosto de 2018. A empregada doméstica, Maria Regina Araújo, de 44 anos, foi morta a facadas por seu marido, a vítima havia pedido medida protetiva de urgência, porém esta havia sido negada dez dias antes dela ser morta. A juíza que negou a medida afirmou que os conflitos entre os dois eram devido ao “desgaste do convívio matrimonial” e, portanto, não haveria autorização para aplicação da Lei Maria da Penha e que o melhor a se fazer era uma ação de divórcio. É importante ressaltar que não era a primeira vez que Maria Regina denunciava seu marido, Eduardo Gonçalves de Souza, por violência doméstica. Mesmo assim, a vítima não conseguiu a medida protetiva, e sua vida foi tirada por mais de 20 facadas, pelo homem com quem convivia a 12 anos na frente da filha do casal, de 8 anos de idade.⁷¹

Quanto ao número de ocorrências do descumprimento das Medidas Protetivas de Urgência no Distrito Federal, de acordo com estudo realizado pela Secretaria de Segurança Pública, entre abril de 2018 a dezembro de 2019. De abril a dezembro de 2018 houve um total de 692 descumprimentos de medidas protetivas, o ranking das cinco regiões que mais ocorreram esses descumprimentos são: Ceilândia (92), Samambaia (61), Planaltina (58), Recanto das Emas (44) e Sobradinho (42).

Enquanto, nos meses de dezembro a janeiro do ano de 2019 do total de 1.173 casos de descumprimento de medidas protetivas de urgência, as cinco regiões administrativas em que mais tiveram descumprimentos de medidas protetivas foram: Ceilândia com 139 descumprimentos,

⁶⁹ CORREIO BRAZILIENSE. **22% dos pedidos de proteção contra violência doméstica no DF são negados.** 28 nov. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/28/interna_cidadesdf,809988/22-dos-pedidos-protecao-contraviolencia-domestica-no-df-sao-negados.shtml. Acesso em: 23 jan. 2020.

⁷⁰ SILVA JUNIOR, Hédio. Pesquisa mostra que vítima de feminicídio não haviam feito B.O. **Agência Brasília.** 25 mar. 19. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/03/25/pesquisa-mostra-que-vitimas-de-feminicidio-nao-haviam-feito-bo/>. Acesso em 24 jan. 2020.

⁷¹ MARQUES, Marília. Juíza negou medida protetiva para mulher morta a facadas pelo marido no DF. **G1 DF.** Globo.com. 27 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/08/27/juiza-negou-medida-protetiva-para-mulher-morta-a-facadas-pelo-marido-no-df.ghtml>. Acesso em 23 jan. 2020.

Planaltina (114), Samambaia (105), Gama (67) e Santa Maria (62), como pode se observar houve um grande aumento no ano de 2019 do número de ocorrências do descumprimento de medidas protetivas.⁷²

Recentemente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o COVID-19 sendo caracterizado como uma pandemia, com isso o Brasil, bem como outros países adotaram medidas de enfrentamento á essa pandemia, entre elas, a quarentena. No Distrito Federal, o decreto n. 40.539 de 19 de março de 2020 suspendeu o funcionamento de diversos locais e atividades, e muitas pessoas começaram a realizar home office, conseqüentemente, em virtude dessa quarentena as pessoas têm passado a maior parte do tempo em casa e com isso a violência doméstica acaba aumentando.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), as mulheres podem sofrer grandes impactos devido á essa quarentena, como a violência doméstica, considerando que muitas estão em quarentena em sua residência, sem poder sair com tanta frequência, isoladas, ao lado de seus agressores.

Dados do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT), mostram que foram decretadas em março, quando tiveram início as medidas de enfrentamento ao COVID-19, um número de 1.010 medidas protetivas em caráter de urgência. No mês anterior, este número foi de 887. O aumento é de 13,8% devido á quarentena. Algumas dessas vítimas com medidas protetivas de urgência recebem, ainda, o apoio do Policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica (Provid) da PMDF. Os policiais voluntários percorrem as cidades fazendo rondas nos arredores das casas de vítimas apontadas pela Justiça ou identificadas como vulneráveis pelo próprio patrulhamento.⁷³

⁷² BRASILIA. Governo do Distrito Federal. Coordenação de Análise de Fenômenos de Segurança Pública/SSP-DF. **Crimes de violência doméstica**. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-005_2020-Viol%C3%Aancia-Dom%C3%A9stica-no-DF_2019.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

⁷³ PINHEIRO, Mirelle. Número de mulheres que pediram medida protetiva no DF sobe 13,8%. **Metrópoles**, Distrito Federal, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/df-isoladas-mil-mulheres-pediram-medida-protetiva-em-marco>. Acesso em: 16 abr. 2020.

CONCLUSÃO

Ante o exposto é possível observar que o crime de feminicídio, demorou muito para ter visibilidade e ser considerado como um crime grave e hediondo. Considerando que antigamente as mulheres já morriam pelo simples fato de ser mulher, no entanto, esse crime era acobertado por uma tese absolutória esdrúxula e inexistente no ordenamento jurídico, pois o argumento utilizado era que se tratava de um crime passional ou apenas legítima defesa da honra, mas há quem diga que quem ama jamais descera ao banco dos réus. Sendo assim, foi necessário que muitas mulheres lutassem e fossem mortas para que esse crime tivesse a devida visibilidade.

O Brasil atualmente possui diretrizes para erradicar essa violência, e estudos com o intuito de entender o porquê essas mortes ocorrem. Na maioria dos casos, o agressor é sempre o cônjuge ou ex-companheiro da vítima, portanto esses crimes são cometidos em casa e sua motivação na maioria das vezes é ciúmes ou incapacidade de aceitar o término de um relacionamento. Cabe ressaltar que esse comportamento dos agressores, de acreditar que tem algum poder sob a mulher, é reflexo de uma sociedade machista e patriarcal. É importante ressaltar que a qualificadora do crime de feminicídio pode ser aplicada a transexuais, pois se identificam pertencentes ao sexo feminino e o crime de feminicídio se caracteriza pela discriminação ao gênero, ao sexo feminino pelo simples fato de ser mulher.

Quanto a incidência do crime de feminicídio, dados apontam que esse número só cresce com o passar dos anos e o Distrito Federal possui um índice que merece a devida atenção, quanto ao número de crimes de feminicídio e violência doméstica e familiar. A Lei n. 11.340 de 2006, prevê um modo de proteção a essas vítimas, a chamada medida protetiva de urgência, que visa a proteção da ofendida e proibição do agressor de certas condutas. Essas medidas são eficazes de certo modo para coibir o agressor, porém é necessário que se adote outras medidas para romper o chamado “ciclo da violência”, pois na verdade o feminicídio faz parte de um outro ciclo, o ciclo da violência, conceito criado pela psicóloga Lenore Walker, segundo ela, inicialmente começam as agressões, a humilhação e a vítima pode até solicitar a medida protetiva de urgência, mas o final desse ciclo pode ser a morte da mulher, o feminicídio, e a não superação do ciclo de violência.

Atualmente não se tem um controle dessas medidas, pois o número de medidas protetivas no Distrito Federal só aumenta com o passar do tempo e um dado mais alarmante seria o número de ocorrências de descumprimento de medidas protetivas no Distrito Federal, justamente pela falta de controle, outro fato seria que a ofendida pede a medida protetiva de

urgência, mas o juiz pode indeferir ou deferir essa medida, ou até conceder em parte, no prazo de até 48 horas, um prazo relativamente longo para quem está sofrendo violência doméstica e familiar. Muitas vezes o deferimento de uma medida pode salvar a vida de uma vítima e indeferimento, pode causar a morte dessa vítima. Portanto, ainda são necessárias outras medidas para que se diminua a incidência do feminicídio no Brasil e especialmente no Distrito Federal.

Recentemente o Brasil, por determinação da OMS, assim como outros países foi colocado em quarentena, devido a pandemia do COVID-19. Com essa situação de quarentena, as pessoas têm passado mais tempo em casa ou praticamente o tempo todo em casa, o que acaba gerando uma certa tensão e aumento de violência doméstica, visto que as mulheres têm passado muito mais tempo com os seus parceiros ou agressores. Dados do TJDFT mostram que foram decretadas em março, quando tiveram início as medidas de enfrentamento ao COVID-19, um número de 1.010 medidas protetivas em caráter de urgência, ocorrendo um aumento de 13,8% devido á quarentena.

Ante o exposto, é possível observar que parte da violência doméstica e familiar contra a mulher ocorre devido a cultura machista e patriarcal do Brasil, pois há muito tempo as mulheres morrem pelo simples fato de serem mulheres. Quanto as medidas protetivas de urgência, evidentemente, por ser um instituto novo é necessário que outras medidas sejam adotadas em conjunto para que se encerre esse ciclo de violência e posteriormente de feminicídio, pois aparentemente o deferimento dessas medidas contém parte da ocorrência dos feminicídios, mas não todos, enquanto que o seu indeferimento pode causar um feminicídio, e ainda sim, há muitos casos de descumprimento de medidas protetivas de urgência no Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **O que é, como enfrentar e como sair do ciclo da violência.** Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-daviolencia/>. Acesso em: 21 set. 2019.

ALVES, Schirlei. **Feminicídio não é crime passionai.** Edição: Beatriz Carrasco. Agência Patrícia Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/feminicidio-nao-e-crime-passional/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BITENCOURT, César. **Qualificadora do feminicídio pode ser aplicada a transexual.** Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-15/cezar-bitencourt-feminicidio-aplicado-transexual>. Acesso em: 28 set. 2019.

BITENCOURT. Qualificadora do feminicídio pode ser aplicada a transexual. **Conjur**, 15 novembro 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-nov-15/cezar-bitencourt-feminicidio-aplicado-transexual>. Acesso em: 24 set. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kühner. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Pena maior para crime de feminicídio foi aprovada em 2018 pela Câmara.** Brasília, jan. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/550226-pena-maior-para-crime-de-feminicidio-foi-aprovada-em-2018-pela-camara/>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.** Brasília, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 24 set. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em 24 set. 2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça Relator: Ministro Luis Felipe Salomão, Data de Julgamento: 11/02/2014, T4 - Quarta Turma.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Ministro repudia tese de legítima defesa da honra em caso de feminicídio.** Brasília, 12 nov. 2019. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/Ministro-repudia-tese-de-legitima-defesa-da-honra-em-caso-de-feminicidio.aspx>. Acesso em: 31 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Acórdão 1125491, 20171010057390APR, Relator Des. Jair Soares, 2ª Turma Criminal, data de julgamento: 20/9/2018, publicado no DJe: 24/9/2018. Disponível em: <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaosweb/sistj?visaoId=tjdf.sistj.acordaoeletronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&controladorId=tjdf.sistj.acordaoeletronico>

co.buscaindexada.apresentacao.ControladorBuscaAcordao&visaoAnterior=tjdf.sistj.acordaoel
etronico.buscaindexada.apresentacao.VisaoBuscaAcordao&nomeDaPagina=resultado&coma
ndo=abrirDadosDoAcordao&enderecoDoServlet=sistj&historicoDePaginas=buscaLivre&qua
ntidadeDeRegistros=20&baseSelecionada=BASEACORDAOS&numeroDaUltimaPagina=1
&buscaIndexada=1&mostrarPaginaSelecaoTipoResultado=false&totalHits=1&internet=1&nu
meroDoDocumento=1125491. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. **Violência contra a mulher**: medidas protetivas de urgência podem salvar vidas Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2019/setembro/medidas-protetivas-podem-salvar-vidas>. Acesso em 24 set. 2019.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. APR: 5358920078070008 DF 0000535-89.2007.807.0008, Relator: George Lopes Leite, Data de Julgamento: 12/06/2008, 1ª Turma Criminal, Data de Publicação: 09/07/2008, DJ-e Pág. 95.

BRASILIA. Governo do Distrito Federal. Coordenação de Análise de Fenômenos de Segurança Pública/SSP-DF. **Crimes de violência doméstica**. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-005_2020-Viol%C3%Aancia-Dom%C3%Astica-no-DF_2019.pdf. Acesso em: 23 jan. 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**: legislação penal especial. 14. ed. São Paulo: Saraiva Educação, vol. 4, 2019.

CHIAROTTI, S. **Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do feminicídio/feminicídio**. Lima: CLADEM. 2011.

COOAFESP/SGI. **Relatório de Análise de Fenômenos de Segurança Pública nº. 001/20** – Crimes de feminicídio tentado e consumado no distrito federal – acompanhamento desde a edição da lei de feminicídio(março/2015) e especialmente o comparativo do ano de 2018 com o mesmo período do ano anterior. Secretaria de Estado da Segurança Pública, 11 jan. 2019. Disponível em: http://www.ssp.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/An%C3%A1lise-FSP-001_2019-Feminic%C3%ADdio-no-DF_2017_18.pdf. Acesso em: 31 set. 2019.

COPELLO, P. L. Apuntes sobre el feminicídio. **Revista de Derecho Penal y Criminologia** 3. Época, n. 8 (julio de 2012), p. 119-143. Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:revistaDerechoPenalyCriminologia-2012-8-5030&dsID=Documento.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CORREIO BRAZILIENSE. **22% dos pedidos de proteção contra violência doméstica no DF são negados**. 28 nov. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/28/interna_cidadesdf,809988/22-dos-pedidos-protecao-contraviolencia-domestica-no-df-sao-negados.shtml. Acesso em: 23 jan. 2020.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte especial (arts. 121 ao 361). 8. ed. Salvador: JusPODIVM, 2016.

CUPIS, Adriano de *apud* MARQUES, Andréa Neves Gonzaga. **Direito à honra**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques> Acesso em: 31 ago. 2019.

DINIZ, Anaílton. **Medidas protetivas de urgência**: natureza jurídica - reflexos procedimentais. Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/nespeciais/promulher/artigos/Medidas%20Protetivas%20de%20Urgencia%20-%20Natureza%20Jur%C3%ADdica%20-%20Anaílton%20Mendes%20de%20Sa%20Diniz.pdf>. Acesso em: 29 out. 2019.

ELUF, Luiza Nagib **A paixão no banco dos réus**: casos passionais célebres: de Pontes Visgüeiro a Pimenta Neves. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_paix%C3%A3o_no_banco_dos_r%C3%A9us.html?id=hD9nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 31 ago. 2019, p. 222.

EUFRÁSIO, Jéssica. **DF é a quinta unidade da federação com maior taxa de feminicídios**. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/10/27/interna_cidadesdf,801249/df-e-a-quinta-unidade-da-federacao-com-maior-taxa-de-feminicidios.shtml. Acesso em: 31 set. 2019.

FERREIRA, Afonso. Lei Maria da Penha faz 13 anos; a cada dia, Justiça concede 20 medidas protetivas no DF. **G1 DF**. Globo.com 07 ago. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/08/07/lei-maria-da-penha-faz-13-anos-a-cada-dia-justica-concede-20-medidas-protetivas-no-df.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2020.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. **Lições de direito penal – parte especial (arts. 121 a 160, CP)**. p. 129-130 *apud* QUEIROZ, Paulo. Honra objetiva e subjetiva? 2012). Disponível em: <https://www.pauloqueiroz.net/honra-objetiva-e-subjetiva/>>. Acesso em: 31 ago. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência**, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília, 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Ciclo da violência**. Disponível em: <http://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/ciclo-da-violencia.html>. Acesso em 21 set. 2019.

JESUS, G. J. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceito e termos. 2. ed. Brasília, 2012.

LYRA, Roberto *apud* SILVA, Paulo. **Teoria do crime - diferença entre emoção e paixão**. Disponível em: <https://phwos.jusbrasil.com.br/artigos/568689366/teoria-do-crime-diferenca-entre-emocao-e-paixao>. Acesso em: 31 ago. 2019.

MARINHO, Bianca e YOSHIMINE, Rita. DF já teve 6,4 mil pedidos de medidas protetivas por violência doméstica em 2019. **G1 DF**. Globo.com. 07 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/06/07/df-ja-teve-64-mil-pedidos-de-medidas-protetivas-por-violencia-domestica-em-2019.ghtml>. Acesso em 24 jan. 2020.

MARQUES, Andréa. **Direito à honra**. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques>. Acesso em: 31 ago. 2019.

MARQUES, Marília. Juíza negou medida protetiva para mulher morta a facadas pelo marido no DF. **G1 DF**. Globo.com. 27 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/08/27/juiza-negou-medida-protetiva-para-mulher-morta-a-facadas-pelo-marido-no-df.ghtml>. Acesso em 23 jan. 2020.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Íntegra do discurso da ministra Eleonora Menicucci na cerimônia de sanção da lei do feminicídio**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-spm/noticias/integra-do-discurso-da-ministra-eleonora-menicucci-na-cerimonia-de-sancao-da-lei-do-feminicidio>. Acesso em: 12 jan. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, p. 20 – 23. Brasília, publicado em 07 abr. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 31 Ago. 2019.

NASCIMENTO, Franciele Borges. FÁVERO, Lucas Henrique. Aplicabilidade da qualificadora do feminicídio ao transsexual. **5º Simpósio de Sustentabilidade e Contemporaneidade nas Ciências Sociais**. 21 a 23 de jun. 2017.

NASCIMENTO, H. **Entenda o que é violência simbólica**. Jan 2018. Uninassau. Disponível em: <https://www.uninassau.edu.br/noticias/entenda-o-que-e-violencia-simbolica>. Acesso em: 29 set. 2019.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal: parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

OLIVEIRA, L., CAVALIERE, D. **Cabimento de recursos nos juizados de violência contra a mulher**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-ago-09/opinioao-cabimento-recursos-juizados-violencia-domestica> Acesso em: 29 out. 2019.

PINHEIRO, Mirelle. Número de mulheres que pediram medida protetiva no DF sobe 13,8%. **Metrópoles**, Distrito Federal, 15 abr. 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/df-isoladas-mil-mulheres-pediram-medida-protetiva-em-marco>. Acesso em: 16 abr. 2020.

PIRES, Amom Albernaz. A opção legislativa pela política criminal extrapenal e a natureza jurídica das medidas protetivas da Lei Maria da Penha. **Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**. Brasília, v. 1, n. 5, p. 121-168, 2011.

PONCE, M.G.R. **Mesa de trabalhos sobre femicídio/feminicídio**. In: CHIAROTTI, S.(Ed.). Contribuições ao debate sobre a tipificação penal do femicídio/feminicídio. Lima: CLADEM, 2011.

SENASP, 2014, p. 53 *apud* NAÇÕES UNIDAS. **Diretrizes para investigar, processar e julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, c. 3. Brasília, publicado em 07 abr. 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2016/04/diretrizes_feminicidio_FINAL.pdf. Acesso em: 24 ago 2019.

SILVA JUNIOR, Hédio. Pesquisa mostra que vítima de feminicídio não haviam feito B.O. **Agência Brasília**. 25 mar. 19. Disponível em: <https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/03/25/pesquisa-mostra-que-vitimas-de-feminicidio-nao-haviam-feito-bo/>. Acesso em 24 jan. 2020.

SILVA, Evandro Lins e *apud* ELUF, Luiza Nagib **A paixão no banco dos réus : casos passionais célebres: de Pontes Visgheiro a Pimenta Neves**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/A_paix%C3%A3o_no_banco_dos_r%C3%A9us.html?id=hD9nDwAAQBAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em 31 ago. 2019.

SILVA, Paulo. **Teoria do crime - diferença entre emoção e paixão**. Disponível em: <https://phwos.jusbrasil.com.br/artigos/568689366/teoria-do-crime-diferenca-entre-emocao-e-paixao>. Acesso em: 31 ago. 2019.